

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	3
Título: Sem estrangeiras no leilão, Petrobras gasta R\$ 63 bilhões	3
Título: Expectativa de disputa no leilão de partilha	6
Título: Alvo de críticas, Aneel defende corte em benefício à geração solar	9
Título: Divisão dos royalties do petróleo deve obedecer a princípios de boa gestão	10
Título: TCU quer dados sobre venda da Eletrobras	12
Título: Drible do pacote fiscal tropeça no leilão	13
Título: Leilão foi bom para a Petrobras e frustrante para o governo	15
Título: Desastres e fragilidade do Brasil diante de tratados	17
Título: Sanha fiscal ofuscou modelagem falha de leilão	20
Título: União fica com R\$ 23,5 bi e reduz déficit primário.....	22
Título: Frustrante, certame abre espaço no orçamento	24
Título: Expectativa de disputa no leilão de partilha.....	25
Título: Leilão do pré-sal frustra mercado e dólar dispara	27
Título: Ação da Petrobras vai de baixa de 5% a alta de 3% com leilão do pré-sal	29
Título: Estatal vende a Liquigás por R\$ 3,7 bi	31
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	31
Título: Megaleilão do pré-sal frustra expectativa e aperta contas de 2020	31
Título: Governo vê ganho de R\$ 12 bilhões com PEC	33
Título: Copagaz e Itaúsa oferecem R\$ 3,7 bi pela Liquigás	35
Título: É fundamental rever formato de novos leilões de partilha	36
Título: Novos ventos para a energia	37
Título: Governo revoga decreto que impedia o avanço da cana em Amazônia e Pantanal ...	39

Título: Cientistas detectam óleo 2 dias antes de passagem de navio.....	41
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	42
Título: Leilão do pré-sal frustra expectativa do governo	42
Título: Para analistas, lance solo da Petrobras é ruim no curto prazo.....	45
Título: Falta de estrangeiros na disputa do megaleilão faz dólar subir para R\$ 4,08	46
Título: Plano de fuga	48
Título: Ricardo Salles culpa PT por dificuldades enfrentadas com vazamento de óleo.....	49
VEÍCULO: O Globo.....	50
Título: ‘Temos que melhorar os regimes de exploração’	50
Título: ‘Não haverá um dólar a mais de dívida’, diz Castello Branco	53
Título: Governo deve desbloquear todo o Orçamento.....	55
Título: Repasse para estados com megaleilão cairá à metade	56
Título: Mercado se frustra e dólar vai a R\$ 4,08. Bolsa e ações da estatal caem	59
Título: Leilão fraco eleva dúvidas do pacote.....	60
Título: Sépia e Atapu: esperem por mim	61
Título: Além do petróleo	62
Título: Satélite vê rastro escuro antes de navio grego passar	64
Título: Fiscalização de barragens em xeque.....	66
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	68
Título: Resultado do megaleilão vira kryptonita	68
Título: Navio grego pode não ter vazado óleo	69
Título: Sem disputa, Petrobras vence leilão do petróleo.....	70
Título: Recursos para saúde, educação e defesa	72

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 07/11/2019****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho, Gabriel Vasconcelos, Rodrigo Carro e Rodrigo Polito — Do Rio****Título: Sem estrangeiras no leilão, Petrobras gasta R\$ 63 bilhões**

Costurado há três anos pelo governo e a indústria de óleo e gás como oportunidade única de acesso das grandes petroleiras às reservas do pré-sal, o leilão dos excedentes da cessão onerosa frustrou as expectativas, ontem, ao terminar sem o interesse privado. Autoridades reforçaram a mensagem de que o leilão foi um sucesso, ao levantar R\$ 69,9 bilhões para a União, Estados, municípios e a própria Petrobras. A falta de ágios, a ausência das principais petroleiras globais e a arrecadação abaixo do previsto - embora recorde - deram, contudo, o tom da rodada.

Em Brasília, na noite de ontem, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) disse que o leilão foi “um sucesso”. “Tinha quatro áreas, foram vendidas duas, foi um sucesso”, disse Bolsonaro no Palácio da Alvorada. Questionado sobre se houve frustração, ele respondeu: “Nenhuma, zero. Ia leiloar quatro, leiloou duas, lógico que vai ser menor do que o previsto.”

Coube ao capital estatal, no entanto, por meio da Petrobras e das chinesas CNODC e CNOOC, o papel de protagonistas do leilão, que arrecadou, ao fim, R\$ 69,9 bilhões, o equivalente a 65% dos R\$ 106,5 bilhões previstos inicialmente em bônus de assinatura pelo governo.

A participação pesada da brasileira agitou o mercado, que interpretou o protagonismo de forma ambígua. Investidores temem que os compromissos assumidos pela empresa, de R\$ 63 bilhões em bônus de assinatura, pressionem o caixa e a alavancagem. Por outro lado, não há dúvidas de que os ativos arrematados são atrativos e estão em linha com a estratégia da empresa de se consolidar como líder do pré-sal. Vale lembrar, ainda, que a petroleira arrematou as áreas sem ágio, com baixos excedentes em óleo (percentuais da produção destinados à União).

Ao se ausentarem, as principais petroleiras internacionais deram sinal claro: a expectativa de acesso a recursos de petróleo de renomado potencial geológico no pré-sal não é suficiente, por si só, para atrair investimentos. Na conta das companhias, na hora de bater o martelo sobre investimentos, entram também os fatores de risco. E, no caso dos excedentes, se mostraram altos demais dentro da equação de negócios das empresas.

“As empresas tiveram que lidar com dois grandes elementos de incerteza: a falta de clareza sobre os volumes de óleo contidos nos excedentes [de 6 bilhões a 15 bilhões de barris, segundo estimativas da Agência Nacional do Petróleo]; e quanto as vencedoras teriam de pagar à Petrobras pela compensação financeira pelos investimentos já realizados nas áreas da cessão onerosa. Além disso, os bônus de assinatura do leilão eram elevados [R\$ 106,5 bilhões]”, disse o chefe de pesquisa na área de exploração e produção da Wood Mackenzie na América Latina, Marcelo de Assis.

Pelas regras da rodada, as vencedoras pagariam uma compensação à estatal pelos investimentos já realizados nos ativos. Mas, embora haja diretrizes para o cálculo dessa indenização, não existe cifra fechada. O valor do acordo dependerá de negociações entre a Petrobras e os novos sócios. Nos últimos dias, executivos das grandes petroleiras já vinham manifestando cautela com o leilão. Foi quando o próprio governo começou a admitir a possibilidade de que nem todas as áreas fossem negociadas e o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, dobrou a aposta, ao adotar discurso mais agressivo, de que “entraria para ganhar”.

“A expectativa positiva inicial não se confirmou. Esperava-se mais capital estrangeiro e que todas as áreas fossem contratadas. A participação majoritária da Petrobras [no leilão] não era o que o governo buscava”, disse Giovani Loss, sócio do Mattos Filho Advogados e especialista em petróleo e energia.

Ao comentar os resultados do leilão, o diretor-geral da ANP, Décio Oddone, afirmou que a ausência das petroleiras privadas na licitação é explicada pelas particularidades da licitação dos excedentes, dentre as quais o pagamento da compensação financeira à estatal.

“O que aconteceu não foge da expectativa, porque esse foi um leilão particular. Não se trata de leilão de partilha convencional em que há só duas variáveis em jogo [o bônus de assinatura e a parcela de óleo lucro]... [A compensação] traz risco adicional. Além disso, as grandes empresas de petróleo do mundo têm tradição de buscar ser operadores, empresas que gerenciam os consórcios. Esse espaço estava praticamente ocupado pela Petrobras, que já é operadora dessas áreas desde 2010. Acredito que essas questões foram cruciais para a gente ver um fortalecimento da Petrobras nessas áreas”, afirmou.

A brasileira respondeu por 90,2% da arrecadação da rodada de ontem. O protagonismo já era esperado, mas o grau de exposição da companhia aos ativos surpreendeu. A empresa arrematou sozinha Itapu e ficou com 90% do consórcio de Búzios, ao lado das chinesas CNOOC (5%) e CNODC (5%).

Para a XP Investimentos, apesar da qualidade dos ativos, “a predominância da empresa nas ofertas sinalizou desvio pontual na estratégia atual de redução do endividamento”. A Petrobras terá de pagar R\$ 63 bilhões pelas duas áreas. Excluindo os R\$ 34 bilhões que ela receberá da União, como parte da revisão do contrato da cessão onerosa, a companhia terá pela frente desembolso líquido de R\$ 29 bilhões, implicando no aumento da alavancagem, segundo a XP.

Castello Branco disse que a empresa está preparada financeiramente para a investida e que o pagamento será feito com seu caixa. Ele reiterou o compromisso de desalavancagem e assegurou que não haverá “um dólar de aumento de dívida” por causa do leilão.

“Sem dúvida, a aquisição do campo de Búzios requer substancial volume de recursos. Estamos preparados financeiramente. Nós continuamos comprometidos com a meta desalavancagem de, ao fim de 2020, alcançar relação dívida líquida/Ebitda [lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização] de 1,5 vez”, disse Castello Branco. “E continuaremos a executar a estratégia, que inclui, como parte importante, gestão ativa de portfólio e disciplina de capital [desinvestimentos].”

Ele destacou ainda que a aquisição do campo de Búzios, na Bacia de Santos, consolida a “liderança global e incontestável” da Petrobras na exploração e produção de petróleo em águas ultraprofundas. “Estamos construindo um futuro para a Petrobras”, disse.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, acredita, por sua vez, que a participação ativa no leilão foi um bom negócio para a Petrobras. “A área de Búzios que já está em produção é considerada a área mais produtiva do mundo e eu acho que é muito positivo para a Petrobras, que lá se encontra, uma empresa brasileira, continuar operando lá com 90%”, afirmou.

Assis, da Wood Mackenzie, disse que o mercado esperava uma exposição um pouco menor da Petrobras em Búzios. Ele afirmou que a fatia elevada no projeto pressionará o caixa da empresa a curto prazo e que, a longo prazo, a estatal estará exposta aos elevados investimentos necessários para desenvolver o campo. Ele disse, porém, que Itapu e Búzios possuem taxas de retorno atrativas, de 15% a 20%, e que existe a possibilidade de que, no futuro, a empresa faça uma venda de parte de sua fatia nos excedentes de Búzios, ganhando tempo para negociar com menos pressa os detalhes do acordo com eventuais novos sócios.

Para Oddone, apesar de arrecadar menos do que o esperado, a licitação não pode ser considerada um fracasso. “Foi o maior leilão da história, um sucesso principalmente porque foi capaz de destravar volumes de investimentos.”

Albuquerque fez coro, alegando que o leilão garantiu o fim do imbróglio entre a Petrobras e a União sobre a renegociação do contrato da cessão onerosa, novela que já durava cinco anos. “Só por esse motivo já é um grande sucesso o resultado”, defendeu.

Para o economista Rodrigo Leão, diretor do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (Inep), vinculado à Federação Única dos Petroleiros (FUP), a vitória da Petrobras é para ser comemorada. “A Petrobras garantiu acesso a bilhões de barris de um óleo comprovado de poços que já está explorando... Além do volume fiscal importante que vai para o Estado, o excedente fica para a Petrobras, uma empresa pública, que investiu muito nessa descoberta e que tem sido muito eficiente na exploração do pré-Sal.” **(Colaborou Fabio Murakawa, de Brasília)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito, André Ramalho, Rodrigo Carro e Gabriel Vasconcelos — Do Rio

Título: Expectativa de disputa no leilão de partilha

Após a ausência de petroleiras privadas estrangeiras no megaleilão do excedente da cessão onerosa ontem, a licitação de hoje da Agência Nacional do Petróleo Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), sob o controverso regime de partilha de produção, surge como a última oportunidade do ano para que grandes companhias agreguem novas áreas do pré-sal aos seus portfólios. Se, por um lado, o leilão de hoje envolve menos incertezas do que o da véspera, por outro, o discurso de representantes do governo e do Congresso na linha de acabar com o modelo de partilha, considerado menos atrativo que o regime de concessão, pode gerar novo efeito negativo ao certame.

Nesta quinta-feira, estarão em jogo cinco áreas de pré-sal, sendo quatro na Bacia de Santos e uma em Campos. Protagonista do leilão de ontem, a Petrobras manifestou previamente a preferência de ser operadora em três áreas, com participação mínima de 30%: Aram e Sudoeste de Sagitário (na Bacia de Santos) e Norte de Brava (na Bacia de Campos). Juntas, as cinco áreas somam bônus de assinatura de R\$ 7,85 bilhões.

Para Giovani Loss, sócio do Mattos Filho Advogados e especialista em petróleo e energia, a expectativa é que a 6ª Rodada de Partilha atraia as estrangeiras

privadas, por ser um modelo regulatório já conhecido e com menos incertezas. No leilão de ontem um fator de incerteza era o valor a ser negociado posteriormente com a Petrobras a título de compensação por investimentos já realizados pela estatal nas áreas ofertadas.

José Roberto Faveret, especialista e sócio do escritório Faveret Lampert, compartilha da mesma opinião. “Evidentemente que o fato de muitas companhias grandes não terem participado do leilão do excedente da cessão onerosa aumenta as chances de um bom resultado amanhã [hoje]”.

Para o chefe de pesquisa na área de exploração e produção da Wood Mackenzie na América Latina, Marcelo de Assis, a expectativa é que a rodada desta quinta-feira seja concorrida. Ele lembra que 17 empresas se inscreveram para a licitação, número recorde para um leilão de partilha.

“Estamos falando de um leilão de características distintas da rodada dos excedentes da cessão onerosa. São coisas diferentes. Como as grandes petroleiras não gastaram nada no leilão dos excedentes, estão com orçamentos disponíveis para a 6ª Rodada. Espero lances altos”, afirmou Assis.

Apesar de a Petrobras ter assumido compromissos elevados com os excedentes da cessão onerosa, de R\$ 63,14 bilhões em bônus de assinatura, Assis não descarta que a estatal volte a participar da licitação desta quinta-feira. Considerando as três áreas pelas quais a companhia manifestou interesse, ela terá que desembolsar R\$ 1,845 bilhão em bônus, se entrar com o percentual mínimo de 30% nos ativos.

Na mesma linha, Ruairaidh Montgomery, diretor da consultoria Welligence Energy Analytics, prevê concorrência maior na 6ª Rodada do Pré-sal, principalmente para o bloco de Aram. Em relatório, porém, ele cita a possibilidade de a Petrobras rever sua estratégia para o certame, por ter se comprometido a desembolsar R\$ 63,1 bilhões no leilão de ontem.

Apesar do cenário mais favorável para a 6ª Rodada, os discursos de representantes do governo e do Congresso em defesa da extinção do modelo de partilha pode reduzir a atratividade do leilão de hoje, sinalizando que essas áreas poderão ser leiloadas futuramente sob o regime de concessão, mais interessante às petroleiras.

Ontem, o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) defendeu a extinção do modelo de partilha da produção, dando prioridade, no seu lugar, ao regime de concessão

para áreas do pré-sal. O filho mais velho do presidente Jair Bolsonaro comemorou a arrecadação de R\$ 70 bilhões em bônus de assinatura no leilão do excedente da cessão onerosa, mas disse que o montante “poderia ter sido muito maior” se o modelo adotado fosse o de concessão, cujo bônus é variável e funciona como critério de escolha do vencedor.

“Uma das lições que podemos tirar é que o modelo de partilha não é o mais adequado, o que atrai mais os investidores. Então, o Congresso tem, sim, que discutir a extinção desse modelo e a priorização do modelo de concessão que, sem dúvida, gera mais competição ao exigir um investimento inicial menor por parte dos grandes investidores”, afirmou o senador.

Ele acrescentou que “o modelo de partilha foi uma coisa inventada no tempo do governo do PT, que não existe em quase lugar nenhum do mundo. O momento para discutir isso é agora. Com o Congresso não acho que exista algum tipo de restrição, dificuldade para esta discussão. O que vamos discutir é a forma de distribuição, o que independe do modelo.”

O senador afirmou, no entanto, que não há tempo hábil este ano para exaurir o processo legislativo sobre a mudança do modelo de exploração do pré-sal e lembrou que ainda não há no Congresso um projeto que dê conta da extinção da partilha.

O discurso de Flávio ficou em linha com o que havia sido dito pelo **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**. “O governo está estudando sim [o fim do modelo de partilha], mas nós decidimos trabalhar isso junto com o Congresso Nacional”, afirmou o ministro.

A secretária de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério da Economia, Renata Isfer, explicou que o primeiro passo do governo será apoiar o projeto de lei do senador José Serra (PSDB-SP) que acaba com o direito de preferência da Petrobras nas áreas do Polígono do Pré-sal.

“Às vezes, o regime de partilha, na modelagem que existe hoje, arrecada mais que o de concessão. Então, ela só faz sentido quando é uma área que tem volume, se não sai muito caro para o investidor. Há áreas que não fazem sentido fazer partilha porque ninguém está interessado em comprar, mas pode fazer sentido em concessão”, afirmou Isfer.

A secretária acrescentou que o modelo de partilha em si “apresenta ineficiências que afastam investidores pela própria modelagem dele”. Ela

lembrou ainda que o tema será estudado no âmbito do programa de aperfeiçoamentos dos leilões do ministério.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/11/2019

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt — De Brasília

Título: Alvo de críticas, Aneel defende corte em benefício à geração solar

Mudança proposta em audiência pública não representará barreira ao desenvolvimento do mercado de energias renováveis, diz agência

Em mais um dia de batalha na guerra de versões sobre a iniciativa de reduzir o subsídio da geração distribuída (GD), a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) reafirmou ontem o compromisso de que a mudança proposta em audiência pública não representará uma barreira ao desenvolvimento do mercado de energias renováveis, em especial às fontes de geração solar.

A geração distribuída é a modalidade de serviço em que o consumidor produz a própria energia e recebe descontos na fatura ao reinjetar a sobra de eletricidade na rede da distribuidora local. A Aneel estima que, em 2021, o benefício oferecido ao segmento custará R\$ 1 bilhão aos demais consumidores que não dispõem de geração própria.

A pressão exercida pelo setor de geração solar tem ganhado adeptos no Congresso. José Medeiros (PODE-MT), por exemplo, autor do requerimento da audiência de ontem em comissão da Câmara, já incorporou o discurso de que a agência quer “taxar o sol”. Esta campanha chegou até ao presidente Jair Bolsonaro. No mês passado, o presidente classificou de “deboche” a proposta da agência de impor uma taxa ao setor - o que não condiz com a nova regra defendida pelo órgão regulador.

Ontem, o superintendente da Aneel Carlos Alberto Mattar lembrou que os custos do benefício recaem sobre quem não gera a própria energia em sua residência simplesmente porque não quer, não tem de R\$ 20 mil a R\$ 30 mil para investir em um projeto de geração residencial ou mora em local impróprio para receber as instalações - como um apartamento.

Em 2015, a Aneel garantia que a totalidade do investimento no sistema de geração própria fosse recuperada (payback) em sete anos, por meio dos descontos tarifários. Mattar, no entanto, ressaltou que o mercado tem evoluído e reduziu em 45% o preço de aquisição dos painéis solares. Com isso, o investimento no projeto passou a ser recuperado em quatro anos e meio.

Ele destacou que a proposta de revisar os subsídios prevê a recuperação do investimento em prazo razoável de seis anos e meio. A nova regra, se aprovada pela agência, valeria apenas para as novas adesões ao sistema de GD. Para os atuais consumidores dessa modalidade, nada mudaria até 2030.

Mattar explicou que o principal problema da norma atual é que o consumidor enquadrado na geração distribuída está deixando de assumir o custo de operação e manutenção da rede de eletricidade, apesar de contar com essa infraestrutura a sua disposição.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/11/2019

Seção: Brasil

Autor: Lu Aiko Otta e Edna Simão — De Brasília

Título: Divisão dos royalties do petróleo deve obedecer a princípios de boa gestão

O governo federal vai propor boas condutas como critério para dividir entre os Estados os R\$ 400 bilhões em recursos de royalties de petróleo nos próximos 15 anos. Os recursos servirão para estimular práticas como a manutenção do equilíbrio fiscal, melhores resultados em políticas públicas para saúde e educação e bons marcos regulatórios em infraestrutura.

O critério deverá constar de uma proposta de lei, ainda em elaboração, que vai detalhar como uma parcela maior do dinheiro do petróleo da União será dividida com Estados e municípios. Uma fatia, ainda em definição, será distribuída da mesma forma como são distribuídos hoje os recursos da Lei Kandir e do Fundo de Apoio às Exportações (Fex). O restante vai premiar unidades da federação bem administradas.

Essa lei será uma das regulamentações necessárias após a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 188, também chamada de Pacto Federativo ou Mais Brasil. Um de seus artigos diz que o repasse dos recursos dos royalties só será implementado para os Estados que renunciarem a ações judiciais a respeito de ressarcimentos a serem pagos pela União por causa dos efeitos da Lei Kandir.

A intenção, porém, é mais ampla, segundo informou o diretor de Programa da Secretaria Especial de Fazenda Gustavo Guimarães. É retirar da mesa não só os contenciosos da Lei Kandir, como também ações que pedem aumento nos repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e outras reclamações do tipo.

“A ideia é que os Estados não demandem mais recursos pela via judicial”, informou. A proposta é limpar a mesa dos contenciosos e inaugurar uma nova relação. Os Estados não pressionam mais por dinheiro, e em troca a União transfere uma parte do que seriam seus recursos a governadores e prefeitos.

“Não queremos contratar crise fiscal futura”, disse. “O governo quer aproveitar essa janela de oportunidade para ver se resolve o problema do contencioso.”

Esse acordo deve ser sacramentado em um contrato a ser assinado pela União, por todos os Estados, por representantes do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Legislativo. Os termos estão em negociação.

Os Estados alegam, no STF, que a União lhes deve R\$ 39 bilhões por ano por causa de perdas provocadas pela Lei Kandir. Essa legislação, aprovada em 1996, regulava o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e, entre outros pontos, retirava sua incidência sobre as exportações de produtos básicos e semielaborados. E determinava o ressarcimento, pela União, de perdas decorrentes dessa alteração, por um período de transição de seis anos. A expectativa era que, ao fim desse período, as receitas já estariam recuperadas.

A arrecadação dos Estados exportadores, de fato, se recuperou. Mas a compensação não foi extinta. Em 2003, foi trocada por um repasse de valor fixo (R\$ 3,9 bilhões ao ano), que então já não tinha nenhuma relação com o desempenho da arrecadação estadual.

Os dispositivos da Lei Kandir foram transplantados para a Constituição, inclusive os repasses, que passaram a integrar as disposições transitórias contendo, inclusive, uma previsão para seu fim. Lá também está previsto que uma lei complementar regularia esses dispositivos. Essa lei nunca foi proposta.

Os Estados entraram no STF com várias ações alegando perdas e pedindo ressarcimento da União, mas não obtiveram sucesso. Entraram, então, com ação reclamando da falta da lei complementar. No ano passado, o Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu que nada mais seria devido aos Estados.

O caso deveria ter tido decisão final em fevereiro, mas foi dado um prazo adicional de um ano. O advogado-geral da União, André Mendonça, propôs um grupo de alinhamento. É nesse grupo que as discussões caminham para esse acordo.

Guedes propôs aos Estados esquecerem a disputa, diante da perspectiva de aumento de receitas com o petróleo. Assim, a proposta é que uma parcela seja distribuída conforme a Lei Kandir e o Fex, como já é feito atualmente. E o restante, por outro critério.

Esse outro critério poderia ser o mesmo do FPE, como será feito com os recursos dos excedentes da cessão onerosa. “Mas achamos que não faz sentido usar o critério do FPE, que é ultrapassado”, afirmou Guimarães.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/11/2019

Seção: Brasil

Autor: Murillo Camarotto — De Brasília

Título: TCU quer dados sobre venda da Eletrobras

Tribunal quer que governo e estatal apontem quais são as vantagens do processo de privatização

O Tribunal de Contas da União (TCU) quer que o governo e a Eletrobras comprovem as vantagens que o Estado terá ao sair do setor elétrico antes de enviarem ao órgão o projeto que trata da desestatização da empresa. A determinação foi aprovada ontem pelo plenário do TCU, um dia depois de o presidente Jair Bolsonaro autorizar a privatização.

A depender dos esclarecimentos apresentados para a importância da participação estatal, o tribunal poderá sugerir a implementação de uma ação de classe especial, o que já foi descartado pelo governo. Mais conhecida como “golden share”, a ação dá poder de veto ao governo para algumas situações específicas.

O acórdão, aprovado por unanimidade, inclui ainda outros cinco pontos que devem ser esclarecidos pela estatal e pelo governo antes do envio do processo ao TCU. Entre eles está o esclarecimento sobre a capacidade de o capital privado arcar com todos os investimentos necessários no setor elétrico.

Conforme antecipado pelo Valor, o órgão de controle identificou nove pontos de atenção na operação da estatal. O relatório técnico afirma que os problemas apontados “requerem tratamento das instituições do governo federal”, independentemente da privatização da companhia.

Os alertas também serão encaminhados à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) e ao Congresso Nacional, que após a autorização de Bolsonaro passará a analisar a privatização.

Os auditores afirmaram no relatório que a privatização da companhia terá o efeito de mitigar uma boa parte dos riscos apontados no relatório,

especialmente aqueles relacionados à ingerência política na Eletrobras. Acreditam, no entanto, que o processo de desestatização deve sanar algumas dúvidas importantes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/11/2019

Seção: Política

Autor: Maria Cristina Fernandes

Título: Drible do pacote fiscal tropeça no leilão

Durou menos de 24 horas o fôlego alcançado pelo governo com o pacote fiscal. A ausência dos estrangeiros do leilão do pré-sal ofuscou a estratégia montada pelo governo para marcar uma virada no jogo.

Não era uma estratégia de todo amadora. Ainda que a ambição do pacote seja incompatível com a capacidade de articulação de um presidente que nem partido tem, esta desproporção parecia rimar com o conjunto da obra. Do congelamento do salário-mínimo à redução dos repasses ao BNDES, passando pelo gatilho que bloqueia o gasto com funcionalismo, o pacote, com tudo junto e misturado, não inviabiliza apenas a articulação do governo como a de uma reação em bloco ao seu conjunto.

Oitenta anos depois, lamenta-se que o petróleo não seja deles

Ainda que derrubem pontos como aquele que ameaça os grotões insustentáveis, os parlamentares podem acabar presenteando Bolsonaro com o discurso de que a tentativa de fazer a coisa certa esbarra na resistência de políticos que se alimentam da máquina estatal.

Ao privilegiar o Senado como porta de entrada do pacote, o governo também busca esvaziar o balão do presidente da Câmara, Rodrigo Maia. A preferência foi dada ao senador Davi Alcolumbre, cujos planos regionais em 2022 não ofuscam as ambições presidenciais. A passagem fugidia de Maia pela cerimônia de entrega do projeto por Bolsonaro foi registrada pelo entorno do presidente da República como o recibo passado com firma reconhecida pelo deputado. Por mais que a pauta da Câmara seja mantida, é natural que as atenções se voltem para o Senado, Casa que primeiro se debruçará sobre o pacote, um conjunto de medidas que, no essencial, não colidem com a agenda de Maia.

À condição de principal avalista de investidores, o presidente da Câmara tem buscado adicionar um público mais amplo como o fez ao reagir sem demora à declaração do deputado Eduardo Bolsonaro sobre o AI-5. Pois no evento dos 300 dias do governo, celebrado junto com a entrega do pacote fiscal ao

Congresso, o presidente, num discurso em que cada vírgula parecia pensada para se contrapor àquela medonha fala da madrugada na Arábia Saudita, fez da crítica de Maia a seu filho uma escada: “Na Câmara, respondi a uns 30 processos. Espero que Eduardo não chegue a tanto. A Câmara respeitou o sagrado direito de opinião, seja ela qual for”. Neste discurso, Bolsonaro também foi hábil em tentar desmontar as armadilhas do caso Marielle Franco. “Que razão eu teria, contrariando meus atos cristãos, para matar aquela moça? Em que ela me atrapalhava?”

O presidente que terminou a terça-feira aparentando ter retomado as rédeas do seu destino e de seu governo, já almoçou, no dia seguinte, com o tempero amargo da derrota no leilão. O discurso que marcou toda sua viagem, da Ásia ao Oriente Médio, foi pautado pela ideia de que o Brasil tinha mudado para melhor, estava abrindo sua economia e pronto para receber investimentos. Ante a mais escancarada das portas, porém, cantada em verso e prosa como a “fronteira petrolífera mais atraente do mundo”, o investidor passou reto.

O motivo mais difundido para o fracasso ao longo do dia de ontem foi também aquele que se encaixa nos propósitos de quem desistiu da compra. A Petrobras, que já gastara nos campos licitados, teria cobrado ressarcimentos mais elevados do que os investidores estavam dispostos a pagar. Ao se queixarem do preço com a direção da estatal teriam sido tratados com frieza inaudita, o que aumentaria a indisposição.

Para o consumo da política, a versão que ganha terreno é a da insegurança sobre o que virá. O radicalismo e o isolamento político do governo farão com que, quem quer que o suceda, mude, de maneira substantiva, os rumos hoje impressos na economia e nos negócios do Estado. Some-se aí a labareda do Chile, que o próprio presidente da República não cansa em dizer que ameaça tocar fogo no Brasil, e tem-se aí um governo de fôlego curto e um continente em baixa.

A fuga do investidor estrangeiro já projeta dúvidas sobre o futuro da Petrobras. A estatal viu o leilão transformar sua expectativa de redução de endividamento em mais dívidas, uma vez que terá que arcar com 90% do investimento nos campos. A mudança no modelo de exploração ou, até mesmo, a venda da estatal, que o ministro Paulo Guedes já havia jogado “para um segundo mandato”, pode voltar à pauta numa condição desfavorável porque desprovida de subsidiárias lucrativas como a BR Distribuidora. A ver se o pacote da semana, que tornou governadores, prefeitos e parlamentares sócios bilionários dos royalties, abraçarão a causa.

Oitenta anos depois de bradar “o petróleo é nosso”, o Brasil nunca lamentou tanto que o petróleo também não fosse deles.

Ao acompanhar o presidente Jair Bolsonaro no primeiro dos três encontros oficiais de sua viagem à China, o ministro do Gabinete da Segurança Institucional, Augusto Heleno Ribeiro, passou direto pelo presidente da Assembleia, Li Zhanshu. O que por pouco não inundou as redes como ato de rebeldia acabou se conformando aos seus devidos limites de lapso de um general de 72 anos submetido ao cansaço de uma viagem planetária. No encontro seguinte, o ministro não apenas cumprimentou como bateu continência para Xi Jinping, que, além de presidente, é secretário-geral do Partido Comunista Chinês.

A continência do general ficou como a imagem da rendição deste governo ao pragmatismo. Naquela viagem, Bolsonaro, frente a frente com Xi, na parte aberta à imprensa do encontro, pediu com todas as letras para a China participar do leilão da Petrobras. Ainda que numa participação minoritária, as estatais CNODC e CNOOC vieram. Com sua presença, evitaram que o leilão zerasse a participação estrangeira. Com mínimo esforço, Xi Jinping calou o grito de guerra da batalha de Salamina que o chanceler Ernesto Araújo fez ecoar em seu discurso de posse como um abre alas para um Ocidente que, dez meses depois, deu WO.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às quintas-feiras

E-mail: mcristina.fernandes@valor.com.br

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/11/2019

Seção: Opinião

Autor:

Título: Leilão foi bom para a Petrobras e frustrante para o governo

O maior leilão de petróleo do Brasil terminou de forma decepcionante: com a vitória da Petrobras, a ausência de concorrentes e de ágio, além de dois campos sem ofertas. A licitação dos excedentes da cessão onerosa em quatro campos do pré-sal, pelo regime de partilha, teve participação de 90% da estatal brasileira, com pequena participação, de 5% cada, das chinesas CNOOC e CNODC, no campo de Búzios. A Petrobras venceu sozinha o a disputa por Itapu, sem ágio sobre o percentual de óleo oferecido. A arrecadação do bônus de assinatura esperado, de R\$ 106,5 bilhões, reduziu-se a R\$ 69,96 bilhões, dos quais R\$ 34 bilhões serão pagos à Petrobras pelo acordo que pôs fim à cessão onerosa, após anos de litígios.

Das 14 petroleiras inscritas, entre elas as maiores do mundo, 7 compareceram e só três fizeram os lances vencedores. BP e Total indicaram dias antes que

ficariam fora da disputa. Entre os possíveis erros que jogaram os campos no colo da Petrobras, um é certo: houve avaliação exagerada do interesse das petroleiras, o que se refletiu em parte nos valores dos bônus de assinaturas e na calibragem dos ágios. Algumas petroleiras haviam indicado insatisfação com os desembolsos necessários, considerados altos demais na fase inicial dos projetos.

Mas ainda que esses valores não fossem elevados - Búzios, por exemplo, tem estimativa de até 15 bilhões de óleo recuperável, o que é muito - havia um acréscimo ao preço, cuja magnitude era incerta e substancial - o pagamento à Petrobras pelos investimentos feitos nos campos em disputa. Isto é, abriu-se uma megalicitação cujo preço final não foi determinado. Nos bastidores da disputa comentou-se que a fatia de ressarcimento da Petrobras era salgada. A Agência Nacional do Petróleo chegou a calcular esse ressarcimento em R\$ 45 bilhões. A Petrobras não revelou publicamente quanto pediria, nem o governo deu qualquer dimensão sobre este custo oculto, enquanto que no mercado se especulava com valores entre R\$ 35 bilhões e R\$ 135 bilhões. Esse custo oculto foi determinante para a frustração do “maior leilão da história”, como qualificou o presidente da ANP, Décio Oddone.

Frustração parecida ocorreu há seis anos, em outubro de 2013, com o primeiro leilão do regime de partilha do campo de Libra, com 8 a 12 bilhões de óleo recuperável. O governo petista igualmente soltou fogos de artifícios antes da hora sobre o suposto interesse de 14 gigantes do petróleo, que teriam de entregar 41,65% do óleo e bônus de assinatura de R\$ 15 bilhões. Só houve a oferta da Petrobras (40%), com as mesmas chinesas, CNOOC e CNODC (com 10% cada), mais Shell e Total (20% cada). A então presidente da ANP, Magda Chambriard, disse que o leilão tinha sido bom e que traria R\$ 1 trilhão de arrecadação para o governo. A cifra foi a mesma repetida agora pelo **ministro de Minas e Energia, Beto Albuquerque**. Oddone, da ANP, ressaltou, antes da disputa de ontem, que os “recursos do pré-sal poderão tirar os brasileiros da miséria”. Isto possivelmente vai levar mais tempo do que ele imaginava.

Sem euforia, o resultado não foi ruim para a Petrobras. A estatal teve de ampliar mais do que pretendia sua fatia no negócio para salvar a licitação e vai usar dinheiro em caixa para desembolsar cerca de R\$ 30 bilhões do bônus de assinatura e ampliar bastante suas reservas. O temor de que para isso tenha de se endividar mais e aumentar sua alavancagem foi pequeno, assim como foi a magnitude da queda das ações da companhia, na casa de 0,4%, após valorizações no ano perto dos 30%.

Há a esperança do governo de que a disputa dos campos que serão oferecidos hoje ocorra e seja acirrada. Cinco blocos serão ofertados, com bônus de assinatura de R\$ 7,8 bilhões e percentual mínimo de óleo excedente entre 26,6% e 36,9%.

O malogro do leilão causou ruídos provisórios na taxa de câmbio. O dólar subiu 2,2%, embalado também pela saída histórica recorde de US\$ 8 bilhões, boa parte em portfólio, o que pode significar, ao lado da baixa participação no leilão do pré-sal, que a confiança dos investidores estrangeiros no país não é tão alta quanto o governo alardeia.

Para um governo que precisa muito de dinheiro a curto prazo, o leilão foi ruim. Excluído o pagamento à Petrobras, restam R\$ 35,96 bilhões. O ministro da Economia, Paulo Guedes, prometera destinar a Estados e municípios cerca de R\$ 30 bilhões, se a licitação fosse o maná que acabou não sendo. Após a divisão, sobram R\$ 23,5 bilhões para a União.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/11/2019

Seção: Opinião

Autor: Alberto de Carvalho

Título: Desastres e fragilidade do Brasil diante de tratados

O episódio de poluição no litoral nordestino traz à tona uma fragilidade que expõe o meio ambiente e, conseqüentemente, toda a nação. Mesmo que os responsáveis tenham sido identificados, há o risco de que o prejuízo tenha que ser arcado pelos cidadãos brasileiros.

Em calamidades dessa natureza, a recuperação do meio ambiente chega facilmente à casa das dezenas ou centenas de milhões de reais. Segundo dados da Marinha e do Ibama, o derramamento na costa brasileira atingiu, até agora, cerca de 2.250 km e foram recolhidas aproximadamente 4 mil toneladas de resíduos de óleo. Somente para o seguro defeso a ser pago fora de época, o governo autorizou a liberação de R\$ 130 milhões. Há ainda os custos com a ativação do Plano Nacional de Contingência (PNC), o pessoal dos órgãos governamentais envolvidos, o material para a remoção dos resíduos, além dos meios utilizados para o monitoramento, como helicópteros, aviões e navios.

País está desguarnecido e, no atual acidente e em outros semelhantes, corre o risco de arcar sozinho com o prejuízo

Segundo o PNC, embora o ressarcimento deva ser feito integralmente pelo poluidor, enquanto o responsável não é identificado, os custos com as atividades de resposta e mitigação devem ser cobertos pelo Executivo - e é o que tem ocorrido até agora no desastre do Nordeste brasileiro.

Por outro lado, mesmo com a identificação, ainda há o risco de a conta sobrar para a União. Isso porque, eventualmente, o poluidor pode não ter recursos suficientes ou cobertura de seguro capaz de arcar com tamanho prejuízo.

Embora o transporte marítimo mundial, a cada dia, venha adotando medidas para redução dos acidentes, salvaguarda da vida humana e proteção do meio ambiente, lamentavelmente acidentes ocorrem. Assim, o risco de grandes derramamentos ainda permanece, uma vez que cerca de 2 bilhões de toneladas de óleo são transportadas no mundo anualmente.

Para enfrentar esse tipo de vulnerabilidade, a Organização Marítima Internacional e seus estados-membros decidiram, a partir da década de 60, estabelecer mecanismos que oferecem compensação em casos de acidentes por derramamento de óleo, reunidos em quatro convenções internacionais.

A primeira delas é a Convenção de Responsabilidade Civil (CLC), de 1992, que fornece compensação por derramamentos de óleos persistentes transportados em navios-tanque, até o limite de responsabilidade do armador, e é paga pela seguradora da embarcação, podendo chegar a cerca de US\$ 91,85 milhões.

Há ainda a Convenção do Fundo, do mesmo ano, que fornece um segundo nível de compensação por derramamentos de navios-tanque, pago por receptores de petróleo nos países signatários, podendo chegar a US\$ 209,5 milhões. Além disso, um fundo complementar também está disponível, fornecendo um terceiro nível, que chega a cerca de US\$ 1,9 bilhão. Ao todo, 115 países já adotaram essa Convenção, dos quais 32 aderiram ao fundo complementar.

Por fim, há a Convenção de Bunker, que se aplica a derramamentos de óleos combustíveis, até o limite de responsabilidade do armador, com pagamento por parte da seguradora da embarcação, e a Convenção sobre Substâncias Perigosas (HNS), que ainda não está em vigor, mas será aplicada a derramamentos de outros óleos, como hidrocarbonetos não persistentes, óleos vegetais e produtos químicos, transportados a granel e em embalagens.

Embora essas convenções se diferenciem na aplicação, têm pontos em comum. Por exemplo, são aplicadas a derramamentos nas águas jurisdicionais dos países signatários e a reivindicação de reembolso de perdas pode ser feita sem necessidade de provar a responsabilidade do proprietário do navio em relação ao desastre.

Exemplo de como esse tipo de prevenção é importante ocorreu na Grécia, no naufrágio no Golfo Sarônico, no Mar Egeu. Em 2017, um acidente com o Agia Zone II ocasionou a contaminação de aproximadamente quatro quilômetros da costa da ilha de Salamina e cerca de 25 quilômetros da costa ao sul do Porto de Pireus e Atenas.

Neste acidente, foram registradas 232 reclamações, perfazendo €80 milhões. Já foram pagos, até hoje, aproximadamente €10 milhões em indenizações. No entanto, o seguro do navio cobria apenas €5 milhões -- a metade do valor --, mas, como a Grécia é signatária das convenções, o Fundo providenciou a recuperação das áreas atingidas e as indenizações requeridas.

Mas esse é apenas um exemplo. Os benefícios deste tipo de mecanismo são muito maiores. Desde 1978, quando entrou em vigor a primeira Convenção do Fundo, de 1971, já foram pagos US\$ 959 milhões em compensações em 154 acidentes.

Na verdade, a adesão às Convenções dessa natureza já fez parte da política externa brasileira. Em 1977, o país ratificou a CLC/69. Contudo, essa Convenção já caducou e foi substituída pela CLC/92 e as demais já citadas. Todas essas, porém, carecem de ratificação pelo Estado brasileiro, ou seja, o país está desguarnecido sob esse aspecto e, no atual acidente e em outros semelhantes, corre o risco de arcar sozinho com todo o prejuízo.

Especificamente na legislação brasileira, há um mecanismo de proteção - a Lei do Óleo, de 2000, que, embora recente, está desatualizada, pois ainda faz menção à CLC/69 - não mais em vigor. A Lei do Óleo prevê, em caso de ausência do certificado exigido pela CLC/69, que a embarcação seja retida e apenas liberada após depósito-caução como garantia para pagamento das despesas decorrentes da poluição. Contudo, isso não reduz de maneira significativa o risco de o ônus recair sobre a União. Isso porque a embarcação pode não ser identificada ou nem estar mais acessível para retenção ou ainda seu valor de mercado pode não ser suficiente para cobrir os prejuízos.

Diante desse cenário de vulnerabilidade para o país, é urgente a necessidade de se trazer à tona a discussão em torno da ratificação dos tratados internacionais, sobretudo os relacionados ao meio ambiente, de forma que o Brasil possa estar protegido futuramente em caso de eventuais desastres que possam ocorrer.

Alberto José Pinheiro de Carvalho foi Capitão dos Portos do Estado de São Paulo e é mestre em Ciências Militares pela Escola de Guerra Naval e pelo Colégio de Estudos de Defesa da China.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Daniel Rittner e Murillo Camarotto — De Brasília

Título: Sanha fiscal ofuscou modelagem falha de leilão

O roteiro do resultado frustrante do megaleilão do pré-sal passa por alertas do Tribunal de Contas da União (TCU) levados pouco a sério pelo governo, excesso de confiança das autoridades no que lhes era dito por executivos do mercado, uma dose de pressão política e certo erro de calibragem nos valores fixados.

Começando pelo mais documentado: a área técnica do TCU vinha alertando em oitavas, pelo menos desde maio, para a ausência de parâmetros sobre o pagamento das compensações financeiras à Petrobras pelas empresas vitoriosas no leilão. Essa incerteza, sustentava o órgão de controle, poderia afastar muitos interessados realmente dispostos a colocar dinheiro no pré-sal do Brasil.

Que não se confunda isso com os R\$ 34 bilhões pagos pelo governo na recente revisão do contrato assinado em 2010. Por compensações, nesse caso apontado pelo órgão de controle, entenda-se o investimento já realizado nas áreas da cessão onerosa. São aportes em plataformas, sondas, dutos de escoamento que beneficiariam também os donos dos excedentes.

Inicialmente, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) calculou essa compensação em US\$ 45 bilhões. Diante das críticas, o **Ministério de Minas e Energia (MME)** adotou uma série de novas premissas. “A compensação à Petrobras impacta diretamente a competitividade da licitação e os níveis de ofertas que poderão ser apresentadas”, dizia parecer técnico do TCU.

A portaria 363 alterou o calendário do ressarcimento e reduziu o valor de referência do barril de petróleo a ser utilizado para o cálculo da compensação, mas o resultado da equação foi mantido em sigilo e ninguém quis fazer uma aposta em algo tão vago. O mercado falava em uma conta de R\$ 35 bilhões a R\$ 140 bilhões. Como ensinam as boas avós, dinheiro não perdoa ofensa. Era risco demais para as gigantes do petróleo.

Ficou parecendo também que o governo pesou na mão do bônus de assinatura. Tudo bem, não falta moeda forte à Shell ou ao emir do Catar para dar um belo

cheque de entrada. Mas a calibragem talvez tenha sido inadequada e decidida apenas na base do desespero das finanças públicas.

A estimativa do TCU para o “government take” - a apropriação total do governo ao longo dos 35 anos de contrato - era de R\$ 628 bilhões. Isso levava em conta o bônus inicial, royalties, impostos, a parte do óleo dada à União na partilha de produção.

Sinal dos tempos de crise: o pré-sal, de “passaporte para o futuro”, tornou-se solução para reduzir déficit primário e pagar o 13º salário de servidores em Estados falidos. O governo resolveu queimar 17% de toda a arrecadação dos quatro campos leiloados em uma única tacada, o cheque à vista para assinar o contrato, tornando esse negócio relativamente caro mesmo para quem tem dólares ou euros.

Somando bônus de assinatura e compensações, ficou salgado, mas pressões políticas - tanto do Executivo quanto do Legislativo - fizeram o TCU relevar suas ponderações e aprovar o leilão, com ressalvas. O registro, no entanto, está feito: “Mesmo para as empresas de maior porte no mercado internacional, consorciadas ou não, [...] dispor de US\$ 76 bilhões no início da execução de contratos, onde o horizonte é de 35 anos, pode se mostrar incompatível com o valor dos ativos licitados e com práticas de mercado, o que, ao fim, poderá resultar em fracasso do certame”.

Desde o começo do ano, o MME teve dezenas de reuniões “one-on-one” com onze multinacionais do setor. A ideia era ir trocando opiniões, sentir a temperatura, resolver problemas antes do edital. Foi um processo bem azeitado, mas talvez as autoridades brasileiras tenham ficado excessivamente otimistas com o canto da sereia.

Em setembro, às margens da Assembleia Geral da ONU, um alto executivo de empresa do petróleo baseada nos EUA fazia avaliação curiosa sobre o governo Jair Bolsonaro: “Estamos felizes que são liberais e pró-americanos, mas são liberais e pró-americanos demais”.

Em seguida, o executivo se explicou melhor: para qualquer empresa americana de um setor dito “estratégico”, sempre foi preciso carregar um fardo no Brasil - e, de resto, em outros perfeitos idiotas latinos que temem o “imperialismo” de Washington. Vale não só para a Chevron ou para a Exxon na indústria petrolífera, mas para uma Boeing na área de defesa ou uma AT&T em telecomunicações.

Para as companhias americanas, um governo como o de Bolsonaro representa alívio. Não sofrer preconceito por parte das autoridades e igualar o terreno de jogo com concorrentes de outras partes do mundo é muito bom.

Mas aí entra o raciocínio do executivo: é um governo tão abertamente pró-americano que aumenta a desconfiança de seus rivais políticos. Rivais que, amanhã ou depois, podem assumir o poder. Entreguismo, venda do pré-sal a preço de banana e nacionalização do petróleo foram termos ouvidos nas campanhas de Fernando Haddad (PT) ou Ciro Gomes (PDT) no ano passado. Sabe lá se não voltam em 2022. Um saco de incertezas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Carro, André Ramalho, Gabriel Vasconcelos e Rodrigo Polito — Do Rio

Título: União fica com R\$ 23,5 bi e reduz déficit primário

O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, disse ontem, após a rodada de licitações do excedente da cessão onerosa, que o déficit primário da União poderá encolher para até R\$ 82 bilhões este ano, bem abaixo da projeção original de R\$ 139 bilhões. A redução seria possível - segundo ele - graças ao pagamento antecipado de dividendos de instituições financeiras públicas e à melhoria do cenário econômico.

“Talvez R\$ 85 bilhões, talvez R\$ 82 bilhões”, estimou Rodrigues, ao ser perguntado se o déficit primário poderia ficar abaixo de R\$ 90 bilhões. “Todo o recurso [da cessão onerosa] entra neste ano. Estimamos que entre em 27 de dezembro”, acrescentou. Se o valor em torno de R\$ 85 bilhões se confirmar, será o melhor resultado nas contas do governo federal desde 2014, quando o déficit primário foi de R\$ 32,5 bilhões, de acordo com dados do Banco Central.

O secretário ressaltou que, dos R\$ 69,96 bilhões em bônus de assinatura arrecadados no leilão de ontem, a União receberá R\$ 23,5 bilhões, em valores líquidos. Isso permitiria o descontingenciamento de recursos do orçamento federal até o fim do ano.

“Hoje o total contingenciado é da ordem de R\$ 22,4 bilhões”, disse o secretário. “Somente com o leilão de hoje [ontem] nós temos uma nova receita primária num valor que permite que todo o descontingenciamento seja feito”. Está

previsto para o próximo dia 22 o anúncio do descontingenciamento de recursos para as áreas determinadas pela Junta de Execução Orçamentária - composta pelos ministros Paulo Guedes (Economia) e Onyx Lorenzoni (Casa Civil).

De acordo com Rodrigues, será dada prioridade às áreas de defesa, saúde e educação. “Como a magnitude do descontingenciamento será elevada, nós teremos também várias outras áreas contempladas”, acrescentou o secretário. O secretário esclareceu que a liberação do dinheiro será viabilizada pelo pagamento antecipado à União de dividendos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco do Brasil.

Outro fator determinante para o descontingenciamento é a expansão da arrecadação da Receita Federal, frisou Rodrigues. “Isso se dá porque a economia, à margem, está reagindo muito bem”, justificou. “[Isso] significa que o varejo está reagindo muito bem. Significa que o poder de consumo do brasileiro também está sendo recuperado, numa velocidade significativa, talvez não intensa como desejaríamos”, reconheceu.

O secretário especial de Fazenda citou ainda como fator positivo o controle da inflação por meio de políticas do Banco Central.

Essa conjunção de fatores, expressa nos indicadores econômicos de setembro, permitiria ao país crescer em 2019 um pouco mais de 1%, ante a estimativa de 0,92% divulgada no mais recente boletim Focus, do Banco Central. O relatório semanal do BC apresenta as projeções do mercado para uma série de indicadores econômicos. “Com as novas informações, há possivelmente uma reação. Talvez o crescimento do Produto Interno Bruto passe de 1%”, cogitou Rodrigues.

Na avaliação do secretário, o país caminha para recuperar o grau de investimento entre as agências de classificação de risco. O grau de investimento é uma nota de crédito dada a empresas ou países que atesta baixo risco de investimento. “Temos indicação de que estamos satisfazendo elementos para, no momento devido, termos uma recuperação do grau de investimento”, disse o secretário, sem querer precisar quando a mudança poderia ocorrer.

Sobre a projeção de um déficit primário para 2020, o secretário classificou como “muito conservadora” a estimativa, incluída na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de um saldo negativo de R\$ 124,1 bilhões. “O valor de receitas ligadas a

dividendos, que é um dos itens para cálculo desse déficit, está colocada apenas em R\$ 7 bilhões. Esse é um valor muito conservador”, concluiu.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Fabio Graner — De Brasília

Título: Frustrante, certame abre espaço no orçamento

O dinheiro pode também melhorar o resultado primário

O resultado do leilão dos excedentes da cessão onerosa terá um efeito maior nas contas do governo neste ano, dada a não ocorrência de ágio no principal campo, o de Búzios, o que reforça a tendência de liberação de recursos contingenciados no próximo relatório bimestral de receitas e despesas. Esse sinal por um aumento maior nas despesas foi reconhecido pelo próprio secretário-especial de Fazenda, Waldery Rodrigues. O dinheiro pode também melhorar o resultado primário.

O reforço de caixa de R\$ 17,5 bilhões para 2019 (que será parcialmente dividido com Estados e Municípios), contudo, tem um sabor amargo para o governo. A equipe econômica há meses vinha dizendo que o leilão seria um sucesso, esperando forte participação de operadores privados, em especial dos grandes estrangeiros. Mas não houve entrada das “majors” (as maiores companhias do setor) no certame.

Na divulgação do último relatório bimestral de receitas e despesas, Rodrigues disse que o cenário mais provável era a venda das quatro áreas petrolíferas ofertadas e esperava ágio pelo menos em Búzios e Itapu, o que reduziria ingressos neste ano, mas garantia parte do dinheiro para as contas de 2020.

Diante da expectativa de “altíssima atratividade”, no mês passado foram incorporados à programação orçamentária R\$ 52,5 bilhões em receitas, relativos aos dois campos que ontem tiveram ofertas apenas da Petrobras, uma delas com participação de apenas 10% de investidores chineses.

O governo tratava o leilão da cessão onerosa como um divisor de águas para a economia, que marcaria um novo ciclo com maior relevância do setor privado. Mas a realidade é que o resultado, à exceção dos elevados valores que serão pagos pela estatal para o Tesouro, indica que a confiança dos estrangeiros e o interesse pelo Brasil ainda é titubeante.

Na equipe econômica houve de fato decepção com o resultado, embora os técnicos já notassem sinais nas últimas semanas que apontavam na direção de

um resultado sem ágio. Uma fonte do governo afirmou que a leitura é de que os estrangeiros ficaram de fora por conta da incerteza em torno da compensação que estas teriam que pagar à Petrobras pela pesquisa e exploração das áreas que já foram feitas pela estatal.

Seja como for, não deixa de ser curioso que mais uma vez a Petrobras e seus investimentos petrolíferos é que ajudarão as contas públicas, como ocorreu tantas vezes na era petista, absolutamente rejeitada pelo governo Bolsonaro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito, André Ramalho, Rodrigo Carro e Gabriel Vasconcelos — Do Rio

Título: Expectativa de disputa no leilão de partilha

Após a ausência de petroleiras privadas estrangeiras no megaleilão do excedente da cessão onerosa ontem, a licitação de hoje da Agência Nacional do Petróleo Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), sob o controverso regime de partilha de produção, surge como a última oportunidade do ano para que grandes companhias agreguem novas áreas do pré-sal aos seus portfólios. Se, por um lado, o leilão de hoje envolve menos incertezas do que o da véspera, por outro, o discurso de representantes do governo e do Congresso na linha de acabar com o modelo de partilha, considerado menos atrativo que o regime de concessão, pode gerar novo efeito negativo ao certame.

Nesta quinta-feira, estarão em jogo cinco áreas de pré-sal, sendo quatro na Bacia de Santos e uma em Campos. Protagonista do leilão de ontem, a Petrobras manifestou previamente a preferência de ser operadora em três áreas, com participação mínima de 30%: Aram e Sudoeste de Sagitário (na Bacia de Santos) e Norte de Brava (na Bacia de Campos). Juntas, as cinco áreas somam bônus de assinatura de R\$ 7,85 bilhões.

Para Giovani Loss, sócio do Mattos Filho Advogados e especialista em petróleo e energia, a expectativa é que a 6ª Rodada de Partilha atraia as estrangeiras privadas, por ser um modelo regulatório já conhecido e com menos incertezas. No leilão de ontem um fator de incerteza era o valor a ser negociado posteriormente com a Petrobras a título de compensação por investimentos já realizados pela estatal nas áreas ofertadas.

José Roberto Faveret, especialista e sócio do escritório Faveret Lampert, compartilha da mesma opinião. “Evidentemente que o fato de muitas

companhias grandes não terem participado do leilão do excedente da cessão onerosa aumenta as chances de um bom resultado amanhã [hoje]”.

Para o chefe de pesquisa na área de exploração e produção da Wood Mackenzie na América Latina, Marcelo de Assis, a expectativa é que a rodada desta quinta-feira seja concorrida. Ele lembra que 17 empresas se inscreveram para a licitação, número recorde para um leilão de partilha.

“Estamos falando de um leilão de características distintas da rodada dos excedentes da cessão onerosa. São coisas diferentes. Como as grandes petroleiras não gastaram nada no leilão dos excedentes, estão com orçamentos disponíveis para a 6ª Rodada. Espero lances altos”, afirmou Assis.

Apesar de a Petrobras ter assumido compromissos elevados com os excedentes da cessão onerosa, de R\$ 63,14 bilhões em bônus de assinatura, Assis não descarta que a estatal volte a participar da licitação desta quinta-feira. Considerando as três áreas pelas quais a companhia manifestou interesse, ela terá que desembolsar R\$ 1,845 bilhão em bônus, se entrar com o percentual mínimo de 30% nos ativos.

Na mesma linha, Ruairaidh Montgomery, diretor da consultoria Welligence Energy Analytics, prevê concorrência maior na 6ª Rodada do Pré-sal, principalmente para o bloco de Aram. Em relatório, porém, ele cita a possibilidade de a Petrobras rever sua estratégia para o certame, por ter se comprometido a desembolsar R\$ 63,1 bilhões no leilão de ontem.

Apesar do cenário mais favorável para a 6ª Rodada, os discursos de representantes do governo e do Congresso em defesa da extinção do modelo de partilha pode reduzir a atratividade do leilão de hoje, sinalizando que essas áreas poderão ser leiloadas futuramente sob o regime de concessão, mais interessante às petroleiras.

Ontem, o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) defendeu a extinção do modelo de partilha da produção, dando prioridade, no seu lugar, ao regime de concessão para áreas do pré-sal. O filho mais velho do presidente Jair Bolsonaro comemorou a arrecadação de R\$ 70 bilhões em bônus de assinatura no leilão do excedente da cessão onerosa, mas disse que o montante “poderia ter sido muito maior” se o modelo adotado fosse o de concessão, cujo bônus é variável e funciona como critério de escolha do vencedor.

“Uma das lições que podemos tirar é que o modelo de partilha não é o mais adequado, o que atrai mais os investidores. Então, o Congresso tem, sim, que discutir a extinção desse modelo e a priorização do modelo de concessão que,

sem dúvida, gera mais competição ao exigir um investimento inicial menor por parte dos grandes investidores”, afirmou o senador.

Ele acrescentou que “o modelo de partilha foi uma coisa inventada no tempo do governo do PT, que não existe em quase lugar nenhum do mundo. O momento para discutir isso é agora. Com o Congresso não acho que exista algum tipo de restrição, dificuldade para esta discussão. O que vamos discutir é a forma de distribuição, o que independe do modelo.”

O senador afirmou, no entanto, que não há tempo hábil este ano para exaurir o processo legislativo sobre a mudança do modelo de exploração do pré-sal e lembrou que ainda não há no Congresso um projeto que dê conta da extinção da partilha.

O discurso de Flávio ficou em linha com o que havia sido dito pelo **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**. “O governo está estudando sim [o fim do modelo de partilha], mas nós decidimos trabalhar isso junto com o Congresso Nacional”, afirmou o ministro.

A secretária de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério da Economia, Renata Isfer, explicou que o primeiro passo do governo será apoiar o projeto de lei do senador José Serra (PSDB-SP) que acaba com o direito de preferência da Petrobras nas áreas do Polígono do Pré-sal.

“Às vezes, o regime de partilha, na modelagem que existe hoje, arrecada mais que o de concessão. Então, ela só faz sentido quando é uma área que tem volume, se não sai muito caro para o investidor. Há áreas que não fazem sentido fazer partilha porque ninguém está interessado em comprar, mas pode fazer sentido em concessão”, afirmou Isfer.

A secretária acrescentou que o modelo de partilha em si “apresenta ineficiências que afastam investidores pela própria modelagem dele”. Ela lembrou ainda que o tema será estudado no âmbito do programa de aperfeiçoamentos dos leilões do ministério.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/11/2019

Seção: Finanças

Autor: Marcelo Osakabe, Juliana Machado e Lucas Hirata — De São Paulo

Título: Leilão do pré-sal frustra mercado e dólar dispara

A grande expectativa com o megaleilão de excedentes da cessão onerosa, que movimentou os mercados nas últimas semanas, deu rapidamente lugar a um clima de frustração no pregão de ontem. A baixa participação das petroleiras

estrangeiras surpreendeu os investidores e levantou dúvidas sobre o interesse externo com ativos brasileiros.

O ativo que mais refletiu a frustração com o leilão ontem foi o dólar. Isso porque o resultado fez cair por terra a expectativa com uma entrada de grandes fluxos até o fim do ano, o que começa a fazer participantes de mercado a reverem suas expectativas para a valorização da moeda brasileira no futuro próximo. No fim do pregão, o dólar subiu 2,21%, aos R\$ 4,0810.

Já o Ibovespa encerrou em queda de 0,33%, aos 108.358 pontos. As ações da Petrobras, principal ator do dia, fecharam praticamente estável após um pregão turbulento. O papel ON da empresa teve queda de 0,43%, enquanto a ação ON subiu 0,20%.

“O leilão foi ótimo para a Petrobras, que levou o melhor lote e afirmou que não vai elevar a dívida ou comprometer a alavancagem financeira. Mas foi ruim para o lado fiscal do país, que esperava uma enxurrada de dólares. É um óbvio desinteresse”, afirma Renato Ometto, gestor da Mauá Capital. “Era esperado que dois blocos [Sépia e Atapu] não fossem bem, mas acreditava que teria mais competidores nos dois primeiros [Búzios e Itapu].”

Após semanas de forte expectativa do governo e do mercado, o certame terminou sem ofertas para dois dos quatro campos oferecidos pelo governo. Sem ofertas de petroleiras estrangeiras, a Petrobras acabou ficando com 90% do campo de Búzios e 100% de Itapu, sem pagar ágio. Nas contas da Tullett Prebon, o leilão deve se traduzir numa entrada de US\$ 1,7 bilhão, número muito abaixo do piso das expectativas do mercado. O Credit Suisse, por exemplo, havia estimado que o leilão traria entre US\$ 4,6 bilhões a US\$ 19 bilhões até o fim deste ano.

“É um número dez vezes menor do que o esperado”, diz Italo Abucater dos Santos, gerente de câmbio da Tullett. O profissional lembra que a expectativa com o evento foi um dos fatores que ajudou o câmbio a se apreciar mesmo com a manutenção da tendência de saída do fluxo cambial.

Apenas em outubro, o fluxo ficou negativo em US\$ 8,494 bilhões, segundo dados divulgados ontem pelo Banco Central. O número é o maior para o mês da série histórica do BC, iniciada em 1982.

A frustração, portanto, pegou no contrapé boa parte do mercado que estava “vendida” na moeda americana, que ganha na queda da cotação. Isso significa que a correção pode se estender pelos próximos pregões, continua Santos. “Como o fluxo cambial continua negativo, isso significa que o câmbio deve voltar para os patamares em que operávamos antes, entre R\$ 4,05 e R\$ 4,15.” A

surpresa negativa leva outros participantes de mercado a reverem suas perspectivas para o patamar de câmbio nos próximos meses. “Se antes existia uma possibilidade de dólar de R\$ 4 para baixo, agora é de R\$ 4 para cima”, diz Marcelo Giufrida, gestor da Garde Investimentos.

Uma das casas que ajustou posições após o certame foi a Novus. “A gente ainda acredita em um dólar fraco globalmente. Estávamos carregando uma carteira apostando na valorização de várias moedas contra o dólar, mas nas últimas duas semanas acabamos nos concentrando no real por causa da expectativa com a cessão”, afirma o sócio e gestor da casa, Luiz Eduardo Portella. “Agora a gente zerou grande parte do que tinha e vamos voltar a olhar outras moedas, como o euro e o dólar australiano.”

A Legacy era outra gestora que apostava na valorização do real “mirando a perspectiva do fluxo relativo ao leilão”, segundo descreve em sua carta de outubro. Nesse caso, no entanto, o **Valor** apurou que essa posição se mantém apesar do resultado do leilão. O motivo é pauta econômica do governo.

Na avaliação de parte do mercado, a baixa adesão de estrangeiras no certame levanta dúvidas sobre o interesse em outros programas de venda de ativos. Isso é relevante porque a entrada de estrangeiros na economia local é esperada para ajudar na retomada do PIB. “O crescimento econômico vai depender da participação estrangeira, isso será muito importante para garantir o sucesso dessas vendas de ativos do governo”, afirma Fernando Barroso, gestor da asset da CM Capital Markets.

“Se tomarmos o leilão da cessão onerosa como um sinal, os estrangeiros não estão tão animados em colocar dinheiro no Brasil. Isso coloca em risco uma parte da recuperação”, diz Rafael Gonçalves Cardoso, economista-chefe da Daycoval Asset.

Já Portella, da Novus, afirma que o leilão é um caso diferente. “Havia muita incerteza, por exemplo, sobre o valor que as petroleiras teriam que pagar à Petrobras para ressarcir os investimentos já realizados. Não dá para medir o interesse do gringo com base nele”, avalia. “Amanhã teremos outra rodada do pré-sal. Vai ser um teste.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/11/2019

Seção: Finanças

Autor: Juliana Machado e Ana Carolina Neira — De São Paulo

Título: Ação da Petrobras vai de baixa de 5% a alta de 3% com leilão do pré-sal

Depois de cair até 5% e subir até 3%, ações da estatal terminam perto da estabilidade, de olho no megaleilão do pré-sal

O megaleilão de excedentes da cessão onerosa provocou uma verdadeira “queda de braço” entre os investidores na bolsa de valores. Os papéis da Petrobras reagiram ontem com intensa volatilidade, com a performance dividida entre aqueles que esperavam uma maior participação estrangeira no certame - e que se frustraram com o resultado - e entre os investidores que avaliam a decisão da empresa como estratégica, positiva e já esperada.

No fim do dia, a ação ordinária (ON) caiu 0,43% e a preferencial (PN) subiu 0,20%. Mas, na mínima do dia, as ações chegaram a cair cerca de 5%, para depois tentarem uma recuperação de pouco mais de 3% na máxima. O cabo de guerra entre vendedores e compradores fez disparar o volume: a PN teve giro de R\$ 4,55 bilhões e a ON movimentou R\$ 613 milhões, ambos acima da média.

Logo que o mercado soube que a Petrobras arrematou os campos de Búzios e Itapu no leilão dos excedentes, investidores derrubaram o papel. Conforme esperavam gestores de ações, houve uma reação negativa porque alguns investidores aguardavam que as petroleiras estrangeiras “validassem” o leilão, fazendo ofertas pelas áreas - a Petrobras ficou com 90% de participação no consórcio vencedor de Búzios e com 100% da participação em Itapu.

“Vários investidores esperavam que as fatias da Petrobras pudessem ficar abaixo de 50%, porque entendem que a participação estrangeira valida a qualidade do leilão. É compreensível, porque a empresa vai ter que se comprometer com caixa para explorar a área”, afirma um gestor de um grande fundo independente, que prefere não ser identificado. “Muita gente espera que a empresa pague dividendos e isso talvez fique mais para frente.”

Numa outra frente, porém, a decisão da companhia foi estratégica e não deve afetar as métricas importantes do balanço, como o controle de endividamento - Búzios deve, inclusive, colaborar fortemente com a produção da empresa. “Também é compreensível o movimento da Petrobras no leilão. A decisão de investimento foi boa, a estatal conhece Búzios melhor do qualquer outra empresa”, diz a fonte.

A Petrobras cumpriu o que já havia indicado e adquiriu as duas áreas, Búzios e Itapu, pelas quais manifestou interesse. A empresa terá que pagar R\$ 63,14 bilhões em bônus de outorga para o governo, referente às duas áreas. Só que a empresa também tem a receber R\$ 34 bilhões da União, relativo ao aditivo do contrato de cessão onerosa, firmado em 2010 com a União e revisado recentemente.

A diferença entre os dois valores será custeada com caixa da Petrobras, mas o presidente da empresa, Roberto Castello Branco, assegurou que não haverá aumento da dívida, cuja gestão tem sido feita por meio da venda de ativos e foco na produção. Entre investidores expostos aos papéis da Petrobras, já existe a perspectiva de que a cessão onerosa não interfira na trajetória da alavancagem financeira.

“Ela vai ter que desembolsar caixa, mas não é uma queima, são investimentos que ela apenas vai continuar fazendo e com bom retorno”, afirma outro gestor, que informou ter comprado mais ações da Petrobras, após a queda no dia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/11/2019

Seção: Capa

Autor: Maria Luíza Filgueiras — De São Paulo

Título: Estatal vende a Liquigás por R\$ 3,7 bi

Comprador é um consórcio formado por Copagaz, Itaúsa e Nacional Gás Butano

A Petrobras concluiu ontem a venda da Liquigás por R\$ 3,7 bilhões, apurou o **Valor**. O comprador é um consórcio formado por Copagaz, Itaúsa e Nacional Gás Butano. A Copagaz é a líder do consórcio, com 80% de participação, disse uma fonte. Há dois meses, a Itaúsa comprou participação minoritária na Copagaz e, assim, entrou direta e indiretamente na operação. A Petrobras conseguiu valor superior aos R\$ 2,8 bilhões negociados há mais de um ano com o grupo Ultra. O Cade vetou a operação e a expectativa do mercado era de que esse fosse o valor máximo que a estatal conseguiria em nova rodada.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 07/11/2019

Seção: Economia

Autor: Denise Luna Fernanda Nunes Mariana Durão / RIO

Título: Megaleilão do pré-sal frustra expectativa e aperta contas de 2020

Megaleilão do pré-sal frustra previsão do governo e traz aperto nas contas de 2020

Sem disputa. Marcado por falta de concorrência e fraca participação das petroleiras internacionais, leilão foi dominado pela Petrobrás, que levou praticamente sozinha dois dos quatro campos ofertados; em vez dos R\$ 106,5 bi previstos, governo arrecadou R\$ 70 bi

O megaleilão de campos de petróleo do pré-sal terminou em clima de frustração ontem, no Rio. Até a véspera, o governo dava como certa a presença das gigantes estrangeiras. Mas, contrariando as expectativas, quem apareceu foi a brasileira Petrobrás. Teria sido a única, não fosse a tímida participação de duas companhias chinesas – CNOOC e CNODC –, na condição de sócias da estatal, com fatias de 5% cada uma. A Petrobrás levou os campos de Búzios, em consórcio, e de Itapu, sozinha. Sem competição e sem ágio, a licitação chegou ao fim com índice de sucesso de 50%: duas das quatro áreas foram vendidas, o que abriu margem para mudanças no modelo das disputas futuras.

Apesar de bem abaixo da previsão do governo, de R\$ 106,5 bilhões, a arrecadação não foi pequena. Ao todo, R\$ 70 bilhões vão entrar nos cofres da União ainda neste ano. A equipe econômica, porém, contava com um pagamento maior, que poderia ser feito em duas parcelas. Uma em 2019 e outra em 2020. O resultado dificulta as contas do ano que vem (ler mais ao lado). Estados e municípios vão ficar com R\$ 11,7 bilhões e o governo federal, com R\$ 23,7 bilhões. A Petrobrás ainda tem um crédito de R\$ 34,6 bilhões com o Tesouro e vai se valer dele para pagar a conta.

Em Brasília, o presidente Jair Bolsonaro negou que o governo tenha ficado frustrado com o resultado. “Foi menor que o previsto, lógico que o dinheiro será menor”, reconheceu. “O campo mais importante foi vendido. No meu entender, foi um sucesso”, acrescentou. “Tenho convicção de que os Estados estão muito felizes”, afirmou o ministro de Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, ao fim da disputa. **O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, e o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, também se esforçaram para convencer que o leilão foi um sucesso. “A ANP não tem preferência de quem é o operador. O que nos interessa é atrair os investimentos para transformar o pré-sal em riqueza. Eu, particularmente, fico feliz que tenha sido a Petrobrás”, argumentou Oddone.

Os dois concordaram, porém, que algo tem de ser feito para atrair a iniciativa privada daqui para frente. Uma das alternativas será acabar com o regime de partilha, que condiciona o repasse de parte da produção para a União e garante a liderança dos projetos à Petrobrás, sempre que ela demonstrar interesse. Companhias como a francesa Total anteciparam que não iriam desembolsar tanto dinheiro se não tivessem a garantia do comando dos investimentos. Na mesma linha, o presidente da Shell no Brasil, André Araujo, reclamou dos altos

preços dos campos. Estavam “caros”, disse ele ao fim do leilão. “Os blocos de hoje não passaram no nosso corte de aprovação”, acrescentou.

Pesou ainda na decisão das multinacionais a incerteza em torno da compensação financeira que deverá ser paga à estatal por investimentos antecipados por ela. No campo de Búzios, onde foram feitos os maiores investimentos, já existem quatro plataformas com capacidade para produzir 600 mil barris diários de petróleo. Além disso, as vencedoras deveriam comprar da estatal o direito de antecipar a produção. A previsão era de que essa conta seria bilionária. Isso tudo somado aos valores de bônus de assinatura, que tinham de ser pagos de uma tacada só, apesar de o retorno financeiro só acontecer no longo prazo.

Logo após o resultado do leilão, a Petrobrás viu suas ações caírem mais de 5%, em função da preocupação do mercado com um potencial impacto negativo na estratégia da petroleira de redução da dívida. A estatal terá de desembolsar R\$ 29 bilhões em bônus de assinatura – diferença entre os R\$ 63,14 bilhões a pagar e o que receberá da União como crédito por ter pago valores excessivos por outros campos em 2010. Além disso, terá de arcar com a maior parte dos investimentos para desenvolver os campos. No fim do dia, no entanto, as ações da estatal terminaram praticamente estáveis (alta de 0,20% nas ações PN e queda de 0,43% nas ON). Em relatório, o Bradesco BBI afirmou que o maior apetite da estatal tende a comprometer o processo de desalavancagem no curto prazo, mas não deve ser uma preocupação a longo prazo, “a menos que o preço do petróleo caia rapidamente”.

O presidente da companhia, Roberto Castello Branco, garantiu que “não haverá um dólar de aumento da dívida”. O gasto vai ser compensado por um crescimento do caixa no quarto trimestre deste ano. / COLABORARAM TÂNIA MONTEIRO E CRISTIAN FAVARO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 07/11/2019

Seção: Economia

Autor: Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Título: Governo vê ganho de R\$ 12 bilhões com PEC

Estimativa se refere a repasse em um ano de recursos do pré-sal a Estados e municípios

O governo estima que a chamada proposta de emenda à Constituição (PEC) do pacto federativo poderá representar, só no seu primeiro ano de vigência, a transferência de R\$ 12 bilhões para Estados e municípios de recursos da

exploração do petróleo que hoje são da União. Enviado anteontem ao Congresso, o texto prevê a divisão desses recursos ao longo dos próximos 15 anos. Em entrevista ao Estadão/ Broadcast, o secretário especial adjunto de Fazenda do Ministério da Economia, Esteves Colnago, afirmou que esse seria o valor pago pelo governo de acordo com as últimas estimativas da Agência Nacional de Petróleo (ANP), que tem simulações e projeções dos royalties.

De início, os Estados e municípios devem receber 30% do que fica hoje com a União em termos de royalties e participações especiais de petróleo. Esse percentual subiria 5 pontos a cada ano, até chegar a 70%. As projeções da ANP apontam receitas crescentes até 2028, que se estabilizariam num valor elevado até 2032. A regulamentação da distribuição dos recursos vai prever que eles só poderão ser usados para novos investimentos, e não para o pagamento de pessoal e custeio da máquina. Com a partilha da receita proveniente da exploração de petróleo – a promessa da equipe econômica é transferir pelo menos R\$ 400 bilhões nos próximos 15 anos –, o governo espera ter o apoio para resolver uma disputa de anos com os Estados em torno do ressarcimento da Lei Kandir, que desonerou o ICMS das exportações. “O petróleo está dando uma oportunidade para o Brasil fortalecer a federação por meio de uma receita futura”, disse ele.

Os Estados cobram uma fatura entre R\$ 400 bilhões e R\$ 700 bilhões pelas perdas passadas, por conta da Lei Kandir. O caso está no Supremo Tribunal Federal (STF), onde o governo negocia um acordo jurídico. Colnago afirmou que será a partir desse debate que se decidirá, por exemplo, qual a fatia exata de cada Estado no bolo de recursos futuros. Ao mesmo tempo, será revogado o dispositivo que prevê a compensação da Lei Kandir. “É a oportunidade que tínhamos de colocar na PEC todo esse final de discussão que está no Supremo.” A equipe econômica também incluiu na PEC um artigo que proíbe o governo federal de abrir linha de crédito para Estados e municípios pagarem precatórios (valores devidos após sentença definitiva na Justiça).

Os governos regionais encerraram o ano passado devendo R\$ 113,5 bilhões em precatórios. A medida, admitiu o secretário, acaba com a obrigação da União – incluída em emenda constitucional por parlamentares em 2017 – de abrir um linha de crédito para Estados e municípios pagarem precatórios. Essa determinação tem causado também impasse jurídico entre o governo federal e os Estados. Liminar recente, concedida pelo ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo, obrigou a União dar um empréstimo para o Maranhão.

Educação. A PEC do pacto federativo ainda transfere para Estados e municípios a parcela que fica para os cofres federais do salário- educação, contribuição social paga por empresas destinada ao financiamento de 12 programas ligados ao ensino básico. Em contrapartida, governadores e prefeitos terão de assumir

a totalidade das obrigações que são bancadas com os recursos, que vão desde a compra de merenda escolar e de material didático ao transporte de alunos e obras em escolas e creches. “Passa o recurso e a atribuição. Isso é o pacto. O recurso está indo, mas a obrigação também. O Estado é que vai gerir o livro didático que tem que adotar, o tipo de merenda. Se alguma coisa tem o selo do pacto federativo, é essa medida”, afirmou o secretário.

Segundo Colnago, a expectativa inicial, depois de conversas com parlamentares, é de apoio à mudança no salário-educação. A medida pode abrir também espaço de R\$ 9,3 bilhões no teto de gastos, mecanismo que limita o avanço das despesas à inflação do ano anterior. Ao retirar do Orçamento federal os pagamentos dos programas da rubrica do salário -educação – que são gastos obrigatórios –, o governo ganha margem para aumentar as chamadas despesas discricionárias, que incluem custeio e investimentos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 07/11/2019

Seção: Economia

Autor: Mônica Scaramuzzo

Título: Copagaz e Itaúsa oferecem R\$ 3,7 bi pela Liquigás

Com a venda da Liquigás, a Petrobrás deixa o setor de gás de cozinha; em 2016, negociação com Grupo Ultra foi barrada pelo Cade

O consórcio formado entre Copagaz, Itaúsa (holding de investimentos do Itaú Unibanco) e Nacional Gás apresentou ontem uma proposta de R\$ 3,7 bilhões para comprar a Liquigás, divisão de gás de cozinha da Petrobrás, apurou o Estado com três fontes próximas às negociações. O lance feito pelo grupo foi o que apresentou o maior valor pelo negócio. A Copagaz será a controladora da companhia – Itaúsa terá uma participação minoritária relevante, seguida pela Nacional Gás, de acordo com pessoas familiarizadas com o assunto.

A Petrobrás deverá anunciar o consórcio vencedor nos próximos dias. Fontes ligadas à estatal afirmam que a petroleira teria recebido outras ofertas – o fundo Mubadala, de Abu Dabi, com mais empresas regionais, foi apontado como outro grupo interessado pelo negócio. Não é a primeira vez que a estatal coloca a Liquigás à venda. Em 2016, o Grupo Ultra, dono da rede Ipiranga e da Ultragaz, anunciou a compra da companhia por R\$ 2,8 bilhões, mas o negócio foi barrado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). O órgão antitruste alegou concentração de mercado. No início deste ano, a Petrobrás contratou o banco Santander para conduzir novamente as negociações, como parte de seu plano de desinvestimento.

Blindagem. Para evitar problemas com o Cade, a Copagaz, que tem cerca de 10% de participação no mercado, se uniu ao Grupo Itaúsa, que tem entre seus investimentos a Alpargatas (dona da Havaianas) e é acionista do gasoduto NTS, que também pertencera à Petrobrás, para fazer proposta pelo negócio. A Nacional Gás também será acionista minoritária. O Estado apurou que uma nova empresa será criada para estruturar dívidas e capital. Fundada em 1955 pelo empresário Ueize Zahran, morto no ano passado, a Copagaz disputa o mercado de gás de cozinha com outras três grandes empresas do setor. A líder no setor, a Ultragaz, tentou se isolar na primeira colocação com a compra da Liquigás, vice-líder do setor. A Supergasbrás, do grupo holandês SHV, é a terceira maior do setor.

Ao se unir a um grupo como o Itaúsa, a Copagaz, que também controla empresas de mídia, ganha musculatura para expandir sua atuação no setor. A holding do Itaú Unibanco tem olhado o mercado de gás natural: fez parte do consórcio, como acionista minoritário na compra do gasoduto NTS, junto com a gestora canadense Brookfield, e chegou a fazer oferta pelo gasoduto TAG, que foi comprado pela francesa Engie por US\$ 8,6 bilhões. Procurados pela reportagem, Petrobrás e Copagaz não quiseram se pronunciar sobre o assunto. Itaúsa não retornou os pedidos de entrevista. Nenhum porta-voz da Nacional Gás foi encontrado para falar sobre o tema até a conclusão desta edição.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 07/11/2019

Seção: Economia

Autor: Edmar de Almeida

Título: É fundamental rever formato de novos leilões de partilha

ANÁLISE:

O leilão do excedente da cessão onerosa realizado ontem encerrou um enorme imbróglio regulatório que começou dez anos atrás, quando o governo brasileiro decidiu utilizar 5 bilhões de barris das descobertas do pré-sal para aumentar sua participação acionária na Petrobrás. Como a Petrobrás encontrou muito mais que os 5 bilhões de barris nos campos do contrato da cessão onerosa, por anos discutiu-se o que fazer com o óleo excedente, o que provocou um atraso importante no aproveitamento desses recursos petrolíferos. A realização do leilão vai destravar investimentos importantes no setor petrolífero nacional e isso merece ser celebrado.

Entretanto, o resultado do leilão suscita uma reflexão sobre a estratégia adotada para a maximização e utilização da renda petrolífera. No caso dos contratos de partilha, a renda petrolífera é resultado do somatório do bônus de

assinatura, dos royalties e do óleo-lucro do governo. O bônus de assinatura é definido pelo governo antes do leilão e os royalties são fixados em 15% do valor da produção. Já a porcentagem do óleo-lucro do governo é definida no leilão através de um processo competitivo. Ao fixar um bônus de assinatura elevado, o governo garante uma antecipação da receita futura do petróleo. Entretanto, essa estratégia tem como consequência imediata uma redução da atratividade dos ativos e, consequentemente, uma menor concorrência no leilão.

Essa estratégia apresenta dois problemas importantes. O primeiro é que a menor concorrência pelas áreas não garante a maximização da arrecadação pelo governo ao longo do ciclo de vida do projeto. O segundo é que o recurso arrecadado de forma adiantada vai servir para reduzir o déficit fiscal, mas deixa de ser empregado em investimentos sustentáveis para a sociedade como mandam as boas práticas de governança dos recursos naturais. É fundamental revisar a estratégia dos leilões de partilha para garantir a concorrência nos leilões por meio da oferta de ativos atrativos do ponto de vista econômico.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 07/11/2019

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: Novos ventos para a energia

A substituição de energias poluentes, como carvão, petróleo ou gás, por fontes renováveis é um processo irreversível e global. Há até um termo forjado no mundo das finanças para se referir ao capital investido nas fontes tradicionais: “stranded fossil fuel assets” (ativos enalhados de combustíveis fósseis). Enquanto as fontes fósseis são geograficamente restritas a alguns países, as renováveis podem ser desenvolvidas por todos. Segundo a ONU, até 2050 energias renováveis como a solar, a eólica, a geotérmica, a marítima e outras poderão abastecer 80% da demanda mundial.

Assim, descobertas como a do pré-sal precisam ser intensamente exploradas, porque, a longo prazo, por mais rentáveis que sejam, estão com os dias contados. O Brasil já tem uma das matrizes elétricas mais limpas do mundo, menos por consciência ambiental do que por fatores geográficos e históricos. O petróleo e o carvão, principais combustíveis da revolução industrial, eram recursos escassos no território nacional, que, por outro lado, foi abençoado com caudalosas bacias hidrográficas. O desenvolvimento das grandes usinas conseguiu literalmente “eletrizar” o País, gerando empregos, mobilizando setores como o da construção e oferecendo energia a preços competitivos. Mas mesmo esse modelo dá sinais de esgotamento. As melhores oportunidades

estão na Amazônia, porém os riscos de impacto ambiental têm imposto um freio prudente à sua expansão indiscriminada.

Segundo estudo do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) sobre pesquisa e inovação no Brasil, as melhores perspectivas estão em áreas nas quais as empresas nacionais já estão na fronteira tecnológica, como biocombustíveis e “química verde”. Mas há um imenso potencial nas energias eólica e solar, ainda que Europa e China estejam bem à frente, de modo que num futuro próximo as perspectivas são mais de adaptação de novas tecnologias do que de criação. Até pouco tempo, dois obstáculos minavam este potencial, relegando estas fontes a uma posição acessória: um natural, a sua intermitência, e outro político, a governança precária. Nos últimos anos, ambos vêm sendo vencidos, respectivamente com tecnologias de estocagem e novas regras, com ganhos imediatos não só ambientais, como econômicos.

No caso específico da energia solar, como mostrou reportagem do Estado, em três anos os sistemas de geração de energia solar se multiplicaram de 8,7 mil para 111 mil, um avanço de 1.181%. O apelo aos painéis solares começou com as mudanças nas regras do setor de energia, em 2012, que deram mais liberdade ao consumidor para eleger suas fontes de eletricidade. No mesmo período, enquanto as tarifas de eletricidade subiam quase 90%, mais que o dobro da inflação, o preço dos painéis solares caía cerca de 40%. Isso atraiu, primeiro, os clientes residenciais e, mais recentemente, as empresas. Para estas, além da redução na conta de luz, o modelo sustentável traz retornos à marca – facilitando inclusive o acesso a linhas de crédito.

Agora, o País chega a um momento importante de definições na regulamentação do setor. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) propõe que os proprietários de um sistema fotovoltaico passem a pagar encargos e custos da rede de distribuição, o que não acontece hoje. É uma faca de dois gumes. Segundo a Agência, isso desoneraria os demais consumidores da rede. Mas representantes do setor e usuários afirmam que isso poderia aumentar em 60% os custos de quem investe em geração solar, sufocando na raiz um mercado promissor, mas ainda incipiente.

É uma posição consistente, afinal, no mundo inteiro a energia solar tem subsídios durante o desenvolvimento da fonte. A proposta da Aneel está em consulta pública desde o dia 18 de outubro. Merece toda a atenção de especialistas e autoridades, que precisarão desenhar políticas e estratégias para o setor. A vantagem é que, se os possíveis caminhos são muitos, o destino é inexorável: a energia do futuro virá cada vez menos do ventre da terra e cada vez mais do céu aberto – dos ventos e do sol.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 07/11/2019****Seção: Metrópole****Autor: Giovana Girardi****Título: Governo revoga decreto que impedia o avanço da cana em Amazônia e Pantanal**

Ambiente. Revogação foi assinada pelo presidente Jair Bolsonaro com o objetivo de simplificar e desburocratizar o plantio; a decisão contraria a visão de cientistas do setor, de ambientalistas e até de parte do setor produtivo, que temem aumento do desmatamento

O governo federal revogou ontem decreto que estabelecia o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar e impedia a expansão do cultivo por áreas sensíveis do País, como Amazônia e Pantanal. O decreto 6.961, de 2009, foi um dos principais fatores que tornaram o etanol de cana brasileiro um diferencial para as exportações, justamente por proteger os biomas de desmatamento. A revogação, publicada no Diário Oficial da União, foi assinada pelo presidente Jair Bolsonaro, pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, e pela ministra da Agricultura, Tereza Cristina. A medida contraria a visão de cientistas da área, de ambientalistas e até de parte do setor produtivo.

No anúncio, feito em cerimônia no Palácio do Planalto que marcou os 300 dias de governo, foi dito que o objetivo era simplificar e desburocratizar o plantio de cana-de-açúcar. “De um lado, o decreto encontrava-se defasado após a aprovação do Código Florestal. De outro, novas tecnologias no uso racional da água, como gotejamento e fertirrigação, e o desenvolvimento de novos equipamentos de colheita mecanizada indicavam que os parâmetros que subsidiaram o zoneamento não eram mais sustentáveis em razão das novas tecnologias no uso racional de água e o desenvolvimento de novos equipamentos da colheita mecanizada”, informou o Ministério da Agricultura.

No fim de agosto, quando a Amazônia enfrentava as piores queimadas para aquele mês dos últimos nove anos, Bolsonaro chegou a dizer que atenderia a um pedido de Tereza Cristina para ampliar as áreas de plantio e estava ciente da possível repercussão ruim. Diante das discussões no governo federal, pesquisadores da Universidade Federal de Minas (UFMG) encaminharam um estudo ao Ministério da Agricultura, reforçando que há no Brasil área suficiente para a expansão da cana sem precisar avançar sobre os dois biomas. “O etanol é o único biocombustível de primeira geração aceito pela União Europeia, Japão e outros países como medida de redução das emissões de efeito estufa”, comenta o pesquisador Raoni Rajão, que liderou a análise enviada.

“O etanol de milho, por ter um balanço energético menos vantajoso, ou seja, emite gases de efeito estufa em proporção maior do que remove durante o crescimento, é excluído. Isso significa que o Brasil tem uma vantagem competitiva importante perante seus concorrentes, contanto que possa garantir que a cana não gere desmatamento.” “A manutenção desse zoneamento é condição necessária para que a União Europeia mantenha a cota (futura) de importações de 850 milhões de litros do Mercosul”, continua o pesquisador. Ele fez um outro estudo, encomendado pela Comissão Europeia, que apontou que a cana só é de baixo impacto justamente por causa do zoneamento mais restritivo.

Nessa análise, ele demonstrou também que o bioma amazônico é pouco favorável ao plantio de cana. O Brasil tem cerca de 10 milhões de hectares de área plantada com cana-de-açúcar – 5 milhões na Mata Atlântica, 4,8 milhões no Cerrado (em ambos os casos, principalmente em São Paulo e Minas). A Amazônia abriga apenas 144 mil hectares, cerca de 1,5% do total da área plantada no Brasil, com as plantações concentradas no sul de Mato Grosso. Para o engenheiro agrícola Eduardo Assad, da Embrapa, que elaborou o zoneamento há dez anos, a decisão é “lamentável”. Ele e colegas elaboraram o mapeamento a pedido do então governo Lula, que queria saber qual era a possibilidade de expansão da cana no País.

“Pediram para buscarmos essa possibilidade e encontramos 54 milhões de hectares a mais por onde poderia ocorrer essa expansão”, explica. Explicações. O Ministério da Agricultura divulgou ontem esclarecimentos para o setor. Afirmou que a revogação “teve como objetivo permitir o retorno de investimentos ao setor sucroenergético, suspensos desde 2009, com objetivo de ampliar o fornecimento de energias e combustíveis renováveis em regiões que carecem de abastecimento destes produtos, como Nordeste e Amazônia”. Ressaltou que “a questão não deve ser compreendida como permissiva de novos desmatamentos”, uma vez que o contexto atual seria diferente de 2009. “Atualmente contamos com o Código Florestal e principalmente o programa Renovabio (programa federal de incentivo aos biocombustíveis), que não permitirá certificar usinas que consomem cana produzida em área após 2018”, disse a pasta. O ministério também argumentou que há diversas usinas de etanol de milho que recebem crédito naquela região, mas não as de cana. “Portanto, não há motivos para suspender o crédito a essas usinas que já estão estabelecidas nessas regiões.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 07/11/2019****Seção: Metrópole****Autor: Roberta Jansen / RIO****Título: Cientistas detectam óleo 2 dias antes de passagem de navio**

Pesquisadores da Ufal analisaram imagens de satélite, que indicam presença de mancha a 40 km do Rio Grande do Norte em 24 de julho

Especialistas detectaram uma grande mancha de óleo no litoral do Nordeste dois dias antes da passagem do navio grego Bouboulina, apontado pela Polícia Federal como o principal suspeito pelo vazamento. A imagem, encontrada pelo Laboratório de Análise e Processamento de Imagens de Satélites (Lapis), da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), a 40 quilômetros do Rio Grande do Norte, levanta a hipótese de que o petroleiro grego não seja o responsável pelo derramamento. A Delta Tankers, dona do navio, nega envolvimento. Segundo Humberto Barbosa, coordenador do Lapis e responsável pela análise da imagem, a mancha detectada teria 85 quilômetros de extensão por 1 quilômetro de largura.

A imagem do Sentinel 1A é do dia 24 de julho e mostra a mancha de um fluido, “possivelmente associada a petróleo”, segundo os cientistas, seguida por dois navios, um maior e outro menor. A embarcação de pequeno porte está mais próxima à mancha e poderia ser a fonte do vazamento. A embarcação detectada na imagem não pode ser o petroleiro Bouboulina, segundo Barbosa. Outra imagem do satélite europeu analisada pelo grupo de pesquisadores anteriormente revela que o navio grego só passou pelo local dois dias mais tarde, em 26 de julho. O laboratório da Ufal também acompanhou todo o itinerário do navio grego, da Venezuela até a Malásia. E sustenta que é improvável que seja o Bouboulina o causador do vazamento.

“Verificamos que, aparentemente, não houve paradas do navio durante o percurso”, disse Barbosa. Em nota divulgada no sábado, a petroleira Delta Tankers, responsável pelo Bouboulina, afirmou que não havia provas de que o navio tivesse vazado óleo na costa do Brasil. O texto informava também que não havia indícios de que o navio tenha parado, realizado transferência de óleo para outra embarcação, desacelerado ou desviado de rota. O comunicado dizia ainda que toda a carga de óleo cru recebida na Venezuela foi entregue na Malásia. Ontem, a empresa informou que tem toda a documentação que comprova que o Bouboulina não é o responsável pelo vazamento.

A Delta prometeu entregar o material às autoridades. Investigação. Ao Estado, o gabinete de crise, que responde por Marinha, Ibama e PF, informou que não vai

se pronunciar sobre a investigação em andamento. O Estado também procurou a Hex Tecnologias Geoespaciais, empresa que fez a análise por satélite do óleo e de embarcações que circularam pela região, mas não conseguiu contato ontem. A companhia foi a responsável por enviar informações à PF. Em nota em seu site, a Hex afirma que “em nenhum momento atribuiu responsabilidades” pelo vazamento.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 07/11/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Leilão do pré-sal frustra expectativa do governo

Preço alto do megaleilão do pré-sal tira petroleiras privadas da disputa

O Clube Extra é o programa de fidelidade do Extra e a participação nele é gratuita. Acesse u/ww.clubeextra.com.br/programa-de-relacionamento para saber mais.

Resultado 34% abaixo do esperado frustra mercado, mas governo comemora entrada de recursos

Rio de Janeiro- O elevado preço e incertezas sobre o valor do ressarcimento à Petrobras afastaram os investidores privados do megaleilão do pré-sal, realizado nesta quarta-feira(6), que terminou com apenas duas das quatro áreas vendidas, sem concorrência e pelos lances mínimos exigidos.

A estatal brasileira e as chinesas CNOOC e CNODC, controladas pelo governo daquele país, foram as únicas a apresentar oferta.

O resultado frustrou expectativas de arrecadação, que ficou em R\$ 69,9 bilhões, cerca de 34% abaixo do esperado, e desagradou a investidores na Petrobras, cujas ações preferenciais chegaram a cair 5% durante o dia.

Ainda assim, o resultado foi comemorado pelo governo.

“Hoje foi um dia marcante, simbólico, de muito sucesso”, disse o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**. “É um motivo de muito orgulho para o governo Bolsonaro”, afirmou, lembrando que foi a maior arrecadação de um leilão de petróleo no país.

A relevância do evento para o governo podia ser medida na lista de presenças: Albuquerque, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, a secretária especial do PPI (Programa de Parcerias e Investimentos), Martha Seiller, o ministro do

TCU (Tribunal de Contas da União) Raimundo Carreiro e o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), entre outros.

Mesmo com arrecadação abaixo dos R\$ 106 bilhões previstos, a entrada dos recursos vai ajudar o governo a reduzir o déficit fiscal de 2019 para algo entre R\$ 80 bilhões e R\$ 90 bilhões, ante os R\$ 139 bilhões projetados antes do início do ano.

“É o maior evento fiscal do país em 2019”, disse o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues. Segundo ele, o reforço de caixa permitirá o descontingenciamento de recursos de setores como defesa, educação e saúde.

A arrecadação do leilão será dividida entre estados e municípios segundo acordo feito pelo governo para aprovar a reforma da Previdência. A União ficará com R\$ 23 bilhões; estados e municípios dividirão, cada grupo, R\$ 5,3 bilhões. Localizado em frente às reservas, o Rio terá R\$ 1.1 bilhão.

Outros R\$ 34 bilhões serão repassados à Petrobras, como ressarcimento por mudanças no preço do petróleo após assinatura do contrato da cessão onerosa, em 2010, que cedeu à estatal o direito de produzir 5 bilhões de barris em quatro áreas do pré-sal em troca de ações para o governo no processo de capitalização da estatal.

No leilão desta quarta, foram oferecidas reservas adicionais descobertas pela Petrobras nessas quatro áreas. Foram vendidas apenas as duas que estavam na mira da estatal.

O consórcio formado pela Petrobras (com 90% de participação) e pelas duas petroleiras chinesas (com 5% cada uma) pagará R\$ 68,2 bilhões pelo direito de explorar a área de Búzios, a maior descoberta de petróleo do país. Sem concorrentes, ofereceu lance mínimo exigido de 23,24% em óleo para o governo.

Nos leilões de pré-sal, o bônus de assinatura é fixo e a disputa se dá pela oferta de petróleo ao governo durante a vida útil dos contratos.

Sozinha, a Petrobras levou a área de Itapu, que tinha bônus de R\$ 1,7 bilhão, também com o lance mínimo de 18,15% em óleo para o governo.

Não houve lance pelas áreas de Sépia e Atapu.

Esse foi o primeiro leilão do pré-sal desde a oferta da área de Libra, em 2013, sem ágio sobre o percentual de óleo entregue a governo durante a vida útil. Foi também o leilão com o maior encalhe em relação ao número de áreas oferecidas — com ofertas para metade delas.

Com as ofertas, a Petrobras terá que desembolsar até o fim do ano R\$ 29 bilhões em bônus, já descontando os R\$ 34 bilhões do ressarcimento.

O elevado compromisso refletiu na avaliação do mercado sobre a situação financeira da estatal. “A predominância da empresa nas ofertas sinalizou um desvio pontual na estratégia atual de redução do endividamento”, disse o analista Gabriel Fonseca, da XP Investimentos.

Em entrevista após o leilão, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse que a empresa não tomará novos empréstimos para pagar os bônus. “Mesmo comesse investimento, a Petrobras não acabará o ano com elevação de dívida”, afirmou.

As ações da estatal se recuperaram fecharam o pregão em alta de 0,2% — as preferenciais, mais negociadas — e queda de 0,43% — as ordinárias.

Para especialistas, a ausência de empresas privadas no leilão reflete incertezas com relação ao ressarcimento que os vencedores devem fazer à Petrobras por investimentos já feitos nas áreas. Segundo maior produtor de petróleo do país, Búzios já tem quatro plataformas em operação, por exemplo.

“Qual é o valor do ressarcimento, como será negociado? Nada disso está definido”, diz o advogado Paulo Valois, do escritório Schmidt, Valois, Miranda, Ferreira & Agel.

Consultora da FGV (Fundação Getulio Vargas) e ex-diretora da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) Magda Chambriard acrescenta outros dois fatores: a opção do governo por receita no curto prazo, ao elevar o bônus de assinatura, e o fato de que as maiores petroleiras do mundo já adquiriram diversos ativos do pré-sal nos leilões anteriores.

O diretor-geral da ANP Décio Oddone, disse que uma das propostas feitas ao governo previa bônus de R\$ 52 bilhões, com óleo lucro mais alto.

“Se fosse usado esse, talvez estivéssemos comemorando a venda das quatro áreas, mas com arrecadação menor.”

Nesta quinta (7), o governo realiza outro leilão do pré-sal, com a oferta de cinco áreas exploratórias com bônus total de R\$ 7,85 bilhões. São ativos mais baratos, embora com maior prazo para início da produção. Para o governo, será um teste para avaliar se o risco do ressarcimento de fato afugentou os investidores.

No leilão desta quarta, apenas 7 dos 14 inscritos apareceram — deles, só três fizeram ofertas. Antes mesmo da oferta, duas empresas já haviam anunciado desistência, a britânica BP e a francesa Total.

Segunda maior produtora de petróleo no Brasil, a anglo-holandesa Shell foi uma das que se inscreveram mas não chegaram a participar. Presente ao evento, o presidente da Shell Brasil, André Araújo, disse que a empresa considerou as áreas caras.

Ele não descartou, porém, participação no leilão de quinta. “Amanhã é amanhã. E um novo dia, são novos blocos.”

Oddone minimizou a ausência das petroleiras estrangeiras e disse que os resultados ficaram dentro do esperado. Mas admitiu que as incertezas sobre o ressarcimento podem ter sido um obstáculo para atrair mais empresas.

O resultado do megaleilão turbina o lobby das petroleiras por mudanças nas regras do pré-sal. Após a oferta, a secretária de Petróleo e Gás do MME, Renata Isfer, afirmou que o governo Bolsonaro decidiu apoiar projeto de lei do senador José Serra (PSDB-SP) que acaba com a participação estatal nos contratos do pré-sal e com a preferência à Petrobras na região.

Segundo ela, o apoio é parte de um processo de revisão de regras do setor de petróleo. O texto de Serra acaba com o chamado polígono do pré-sal, área de 149 mil quilômetros quadrados criada em 2010.

Dentro dela, os contratos de exploração de petróleo devem ser de partilha da produção. Esse tipo de contrato determina a participação da estatal PPSA (Pré-sal Petróleo SA) nos consórcios vencedores.

Além disso, garante à Petrobras escolher áreas que quer operar, ou seja, gerenciar as atividades do consórcio. “Queremos ter o direito de decidir caso a caso. Tem áreas em que não vale à pena ter partilha. Além disso, a partilha afeta a atratividade”, afirmou Isfer.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 07/11/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Para analistas, lance solo da Petrobras é ruim no curto prazo

São Paulo- Na avaliação de analistas, o lance solo da Petrobras no megaleilão do pré-sal trará efeitos negativos para a petroleira no curto prazo.

A estatal encerrou o terceiro trimestre com R\$ 55 bilhões em caixa. Desse total, segundo Gabriel Francisco, da XP Investimentos, só cerca de R\$ 25 bilhões (70%

do total a ser pago pela petroleira nos dois blocos de óleo e gás) estão alocados no Brasil.

“Esperava-se que grande parte desses recursos continuasse voltada para o abatimento de dívidas”, disse.

“Há uma incógnita na área financeira da companhia no curto prazo, já que se desfazer de mais da metade do montante em caixa é algo considerável. Ainda é preciso entender como a Petrobras planeja fazer esse pagamento em uma tacada só”, disse Han Arbetman, da Ativa Investimentos.

Por outro lado, eles destacam que a compra dos dois blocos traz um forte potencial operacional no longo prazo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 07/11/2019

Seção: Mercado

Autor: Júlia Moura

Título: Falta de estrangeiros na disputa do megaleilão faz dólar subir para R\$ 4,08

Mercado esperava que moeda americana fosse para R\$ 3,95 com a entrada de petroleiras de fora nas áreas ofertadas do pré-sal

São Paulo- A cotação do dólar teve uma forte alta de 2,2% nesta quarta-feira (6) e foi a R\$ 4,081, maior valor desde 21 de outubro. A falta de estrangeiros interessados no megaleilão do pré-sal frustrou as expectativas do mercado de entrada de dólares no país, o que poderia fazer a moeda a se enfraquecer ante o real.

Nas perspectivas mais otimistas, esperava-se R\$ 106 bilhões contra os R\$ 69,9 bilhões arrematados — só a Petrobras, em parceria com CNOOC e CNODC, fez ofertas, levando 2 dos 4 blocos ofertados no leilão.

“A frustração foi bem grande, pegou todo mundo de surpresa. Acreditávamos que o dólar iria para R\$ 3,95 com a entrada dos estrangeiros”, disse Fernanda Consorte, economista-chefe do Banco Ourinvest.

Ela diz que o fluxo negativo de dólares no ano preocupa. Segundo o relatório ‘Movimento de câmbio contratado’, do Banco Central, 2019 já acumula saída de US\$ 35,5 bilhões (R\$ 144,8 bilhões) em operações financeiras no acumulado. Em 2018, a saída foi de US\$ 48,7 bilhões (R\$ 198,6 bilhões).

“A falta de estrangeiros no leilão mostra que eles não têm interesse em investir no Brasil. O país está como o patinho feio da história pelo problema de reputação do governo, falta de crescimento e juros muito baixos”, diz Consorte.

Ela cita as queimadas na Amazônia como um dos grandes problemas ante investidores estrangeiros.

Segundo o Instituto de Finanças Internacionais (IFF), o fluxo de investimentos estrangeiros destinados a países emergentes está positivo em US\$ 78 bilhões em 2019 — tirando a China, que tem um fluxo maior. O Brasil, no entanto, está com este fluxo negativo em US\$6 bilhões no ano.

Para o mercado doméstico, o leilão representaria uma virada neste cenário. Ilan Arbetman, da Ativa Investimentos, diz que a estratégia adotada também afastou estrangeiros.

“O governo sai com a capacidade de organizar pleitos e fomentar projetos de infraestrutura, importantíssimos para o desenvolvimento do país e o destravamento dos investimentos, questionada”.

No ano, a saída de estrangeiros da Bolsa brasileira soma R\$ 30 bilhões, pior saldo desde 2008.

Nesta quarta, o Ibovespa fechou em queda de 0,34%, a 108.352 pontos, em linha com exterior mais negativo. O volume negociado foi de R\$ 20 bilhões, acima da média.

Durante o pregão, as ações da Petrobras tiveram fortes oscilações. Os papéis preferenciais, mais negociados, foram de uma alta de 3,5% na primeira hora de negociação a uma queda de 5,25% às 11h10, após o resultado do leilão.

Ao final do dia, as ações preferenciais terminaram em leve alta de 0,2%, a R\$ 29,71. As ordinárias, com direito a voto, não conseguiram se recuperar e fecharam em queda de 0,43%, a R\$ 32,41.

No exterior, o viés foi misto. A notícia que a assinatura da ‘fase 1’ do acordo comercial China-Estados Unidos pode ficar para dezembro desanimou investidores. Em Nova York, os índices Dow Jones e S&P 500 fecharam estáveis. O Nasdaq caiu 0,3%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 07/11/2019**Seção:** Colunas**Autor:** Daniela Lima**Título:** Plano de fuga

PAINEL

Operadores que conhecem o mercado de petróleo perceberam, na semana passada, que havia risco de o aguardado megaleilão do pré-sal não suprir as expectativas despertadas pelo governo. Executivos de uma das maiores empresas do setor do mundo estiveram em Brasília, conversaram com autoridades e informaram que iriam embora antes desta quarta (6). O gesto foi lido como o prenúncio de um fiasco. Nenhum grande executivo das petroleiras globais veio acompanhar as ofertas.

Inflação

Parlamentares e analistas de mercado dizem que o governo “vendeu mal” o leilão e errou na organização por ter concentrado muitas ofertas nos meses de outubro e novembro. Dessa forma, os valores a serem desembolsados por investidores ficaram muito altos.

O SUSPEITO DE SEMPRE

O modelo de exploração de petróleo pelo regime de partilha, em que as empresas se tornam sócias do governo, também foi apontado como responsável pelo resultado do megaleilão desta quarta. Ele foi criado no governo do PT.

Copo meio cheio

Tentando diminuir o mal-estar, o presidente da ANP (Agência Nacional do Petróleo), Décio Oddone, enviou mensagens pelo WhatsApp dizendo que o valor arrecadado (cerca de R\$ 70 bilhões) é muito maior do que a média paga nos leilões desde a abertura do setor de petróleo, em 1999, de R\$ 30 bi.

TIROTEIO

O conhecimento e a experiência da Petrobras não bastaram para atenuar o receio à insegurança jurídica e política no país

Da senadora Simone Tebet (MDB-MS), sobre as principais empresas de óleo do mundo não terem participado do megaleilão do pré-sal

com Mariana Carneiro e Julia Chaib

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 07/11/2019

Seção: Especial

Autor: Ricardo Delia Coletta

Título: Ricardo Salles culpa PT por dificuldades enfrentadas com vazamento de óleo

Ministro do Meio Ambiente falou em audiência na Câmara sobre derramamento de óleo no NE e disse que recebeu 'Estado quebrado'

Brasília - Convidado a explicar na Câmara as ações do governo para combater o vazamento de óleo que atinge o Nordeste, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, culpou as administrações do PT pela “fragilização de órgãos ambientais no Brasil” e pelas dificuldades de resposta do Estado em situações de crise.

“Grande parte dos problemas enfrentados sobre materiais ou dificuldades orçamentárias decorre de uma coisa: nós recebemos um Estado quebrado. Quebrado graças às políticas cujos alguns partidos estão representados aqui [na Câmara], que resultaram inclusive na prisão do presidente Lula e de tantos outros líderes políticos dessa corrente doutrinária”, declarou.

Salles disse ainda que a “ineficiência, a corrupção e a malversação dos recursos públicos governos do PT “não nos legaram um estado pronto para responder”. “Foi esse histórico, não só na parte do óleo, mas também na de Brumadinho, e certamente em tantas outras estruturas governamentais destruídas por essa visão equivocada de mundo.

E por esse comportamento comprovadamente corrupto—tanto que o presidente [Lula] está preso—, nós tivemos a situação toda que nos levou a essa situação atual. Isso claro, sem querer politizar”, disse, arrancando risos de parte dos presentes. As primeiras manchas de óleo apareceram no litoral da Paraíba no final de agosto. Desde então, o material já foi identificado em mais de 350

localidades, em nove estados. De acordo com Salles, até o momento foram recolhidas 4 mil toneladas de óleo, incluído areia e pedras que se juntam ao material nas praias.

Apesar da fala inicial, o ministro disse que o governo federal adotou todas as medidas possíveis para fazer frente à crise e prestou o auxílio aos estados e municípios atingidos.

Ele citou a distribuição de 12 mil kits de proteção para os que trabalham no recolhimento do óleo, além da liberação do seguro-defeso para pescadores afetados. Salles também disse que desde o início o governo tomou as medidas para identificar qual o tipo de óleo que chega às praias brasileiras —da Venezuela, segundo análises.

“A resposta do Estado brasileiro e dos estados e municípios tem sido a resposta que é possível dar numa causa de acidente que ainda não é conhecida”, disse o ministro.

Salles comentou a decisão do governo Bolsonaro de extinguir dois comitês que integravam o PNC (Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Água). Segundo Salles, os comitês não tinham sido constituídos e o próprio PNC nunca foi publicado.

As afirmações foram contestada pelo deputado João Campos (PSB-PE), que levou à sessão uma ata de reunião do Comitê Executivo do PNC.

“Nessa reunião de 2018 foi aprovado o manual do Plano Nacional de Contingência. Enquanto o senhor fala que nenhum comitê existiu, a gente está com uma ata oficial da terceira reunião do comitê. Então ele existiu, sim.” No mesmo documento levado pelo parlamentar, há ainda menção à realização, em setembro de 2017, de um simulado com a participação de representantes do Comitê de Suporte do PNC, outro órgão extinto por Bolsonaro.

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/11/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: ‘Temos que melhorar os regimes de exploração’

Entrevista: Bento Albuquerque / ministro de minas e energia

Governo pretende avaliar partilha e concessão. Ministro promete enviar projeto de mineração em áreas indígenas em 15 dias ao Congresso

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirma que os dois campos para os quais não houve interessados no leilão (Sépia e Atapu) voltarão a ser licitados pelo regime de partilha no próximo ano. Ele defende, porém, uma revisão no modelo de exploração de petróleo no país.

Como o senhor avalia o leilão?

Foi um êxito, mas não pelo valor do bônus de assinatura, que também foi expressivo. Nunca me preocupei, com toda a sinceridade, com o valor do bônus de assinatura. Esse leilão já poderia ter sido realizado há cinco anos, desde que tivesse ocorrido a renegociação do contrato com a Petrobras. O objetivo principal era a realização do leilão. É motivo para considerarmos que foi uma vitória, não só do governo. É uma vitória do país.

O que será feito com os campos que não foram arrematados?

Por conta de não ter tido nenhuma oferta por parte dos licitantes nos campos de Sépia e Atapu, temos que repensar como tornar os parâmetros atrativos para que eles possam ser incluídos num próximo leilão.

Os campos serão leiloados pelo regime de concessão?

Temos que leiloar dentro do ordenamento jurídico atual (de partilha). Se já é complexo agora, se mudarmos as regras do jogo, vai se tornar muito mais complexo.

Os blocos entram na 7a Rodada de Partilha, prevista para 2020?

Temos que analisar isso: se será um leilão à parte ou se vai se juntar a outro.

Poderia mudar o valor do bônus de assinatura?

Poderia. Os parâmetros econômicos podem ser revistos. Tudo isso pode ser revisto. Agora tem que ser revisto com muito critério. Com as lições aprendidas, será mais rápido.

Não houve oferta para esses campos por causa da indenização à Petrobras?

Não é só isso. Os campos de Búzios e Itapu, que foram leiloados, têm uma complexidade contratual mais simples que Sépia e Atapu. Porque neles não é necessário acordo de individualização da produção.

Mas os dois que foram arrematados tiveram lance único da Petrobras...

Todos teriam que entrar com a Petrobras, porque ela demonstrou preferência e já opera. A Petrobras é ator indispensável. Não sei como foi a negociação. O consórcio não é formado na hora, é um processo.

O governo estuda alterar ou acabar com o regime de partilha?

Temos que melhorar os regimes de exploração, aperfeiçoá-los, em face da realidade e da conjuntura. Esse modelo poderia ter sido válido em 2010, não

estou entrando nesse mérito. Temos que avaliar a conjuntura atual. Ver o que é mais interessante: tem esse modelo que existe do regime de partilha e do polígono do pré-sal e o regime de concessão. Temos que ver o que torna as áreas que temos de exploração mais atrativas.

O senhor defende mudança no regime de partilha e na preferência da Petrobras?

Defendo uma reavaliação do nosso modelo. Isso tem que ser feito tecnicamente para que a gente possa colocar essas áreas de tal forma que os investimentos nelas ocorram no menor espaço de tempo possível.

Temos que diversificar os participantes, aumentar o número de participantes, tornar nossos campos mais atrativos. Temos que pensar se, com concessão, vamos ter mais atores, qual retorno que isso vai trazer para a União. Não adianta ter um regime que é o melhor para a União tecnicamente em termos de números, mas, se não tiver ofertante e não conseguir colocar os campos em produção, não valeu.

Os estados vão ficar com metade do previsto. Isso pode atrapalhar o diálogo do governo com os governadores?

Acredito que não. Posso até entender que haja certa frustração por parte de quem tinha expectativa de receber. É lógico que, se hoje todos os campos tivessem sido arrematados seria melhor para a União. Então houve uma frustração, vamos dizer assim, de arrecadação de R\$ 36 bilhões, que seriam repartidos. Mas isso era o máximo que se poderia obter, e estamos falando de um leilão. Não houve frustração no sentido da percepção do resultado. Estamos felizes com o resultado. Agora, os outros atores, o Congresso, estados e municípios, que podem em um primeiro momento ter a frustração, isso é só no primeiro momento. Haverá outros leilões, os investimentos estão começando, a produção vai aumentar, a arrecadação, os royalties vão aumentar. Todos serão beneficiados.

O governo vai propor a mineração em terras indígenas?

Não é vontade do governo federal realizar mineração em terras indígenas; 14% do nosso território são classificados como terras indígenas. A Constituição já prevê essa atividade econômica nas terras indígenas, dependendo de regulamentação, que nunca foi feita. A sociedade brasileira está observando atividade ilegal de mineração, de agricultura, de extração de madeira ilegal. Nada agride mais o meio ambiente que atividade ilegal. O que estamos querendo fazer, e vamos encaminhar nos próximos 15 dias, é a nossa proposta para o Congresso, de regulamentação. Estamos trabalhando para aperfeiçoar o

marco legal na faixa de fronteira para atividades de mineração e criar ou dar estrutura à Agência Nacional de Mineração.

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/11/2019

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ, BRUNO ROSA E ANA PAULA RIBEIRO RIO E SÃO PAULO

Título: 'Não haverá um dólar a mais de dívida', diz Castello Branco

Para analistas, endividamento da estatal pode aumentar com desembolso de R\$ 28,4 bi pelos dois blocos arrematados

Protagonista do leilão do excedente da cessão onerosa, a Petrobras vai ter que desembolsar até o fim do ano R\$ 28,4 bilhões em recursos próprios pelas áreas de Búzios e Itapu, ambas no pré-sal da Bacia de Santos, que arrematou no megaleilão de ontem. Ao todo, os gastos da estatal no certame foram de R\$ 63 bilhões, dos quais R\$ 34,6 bilhões serão, na prática, pagos pela União, referentes ao aditivo do contrato da cessão onerosa.

Apesar de analistas mostrarem dúvidas sobre um possível aumento no nível de endividamento da estatal, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse que as duas áreas arrematadas não vão elevar a dívida da companhia:

— Sem dúvida nenhuma, a aquisição do campo de Búzios requer um substancial volume de recursos, mas estamos preparados financeiramente para isso. Mesmo com este investimento, a Petrobras não acabará o ano com elevação de dívida, não haverá um dólar de aumento de dívida e continuaremos a executar nossa estratégia, que inclui a gestão ativa de portfólio, a disciplina na locação de capital.

Em comunicado, a estatal corroborou as declarações do executivo. O texto diz que “a necessidade adicional de recursos não altera o patamar da dívida da companhia, em 30 de setembro de 2019, e será suportada pela atual disponibilidade de caixa e pela geração de caixa no quarto trimestre”. Castello Branco destacou que a estatal vai continuar com a venda de ativos. Ele disse também que a aquisição da área de Búzios vai garantir à Petrobras o seu futuro como petroleira de nível mundial: — Depois de anos sem leilões de petróleo e do desmonte que sofreu no passado, a Petrobras foi obrigada a reduzir dramaticamente seus investimentos em exploração. E agora a aquisição do campo de Búzios proporciona o futuro para a Petrobras como companhia de petróleo.

VENDA DE ATIVOS ACELERA

Hoje, ocorre a 6- Rodada de Partilha. Das cinco áreas ofertadas no pré-sal das bacias de Santos e Campos, a Petrobras manifestou interesse em três, que somam um bônus total de R\$ 6,15 bilhões. Dependendo da formação dos consórcios, a estatal poderá ter um novo gasto bilionário.

Para analistas, contudo, a companhia terá uma maior pressão em seu balanço e vai ter de acelerar a venda de ativos para gerar mais caixa. Marcelo de Assis, chefe de Upstream para América Latina da consultoria Wood Mackenzie, disse que, com o resultado do leilão, a Petrobras terá que pagar em torno de US\$ 7 bilhões a mais a curto prazo: — A expectativa agora é que a Petrobras se concentre em eficiência operacional e no programa de desinvestimentos. Mas o lado positivo é que Búzios e Itapu são ativos bastante atrativos e de alta qualidade. Com isso, a estatal reforça a sua presença no pré-sal.

Para Lucas Carvalho, analista da Toro Investimentos, o pagamento do bônus de assinatura deve ser absorvido pelo caixa que a empresa fez com as vendas recentes. Ainda assim, espera um leve aumento na relação entre dívida líquida e Ebitda no curto prazo. E para o médio e longo prazo, ele vê como maior risco a questão de preço do petróleo no mercado internacional.

— O foco na Petrobras passa a ser a venda de ativos. O mercado vai se questionar se ela vai conseguir vender tudo. E ver como vai executar esse plano o mais rápido possível e conseguir interessados — disse Luis Sales, analista da Guide Investimentos.

‘LIGEIRAMENTE NEGATIVO’

Em relatório, a XP disse que o resultado é “ligeiramente negativo” para a Petrobras devido à pequena participação de outras empresas no consórcio vencedor de Búzios. “Apesar da qualidade dos ativos do leilão da cessão onerosa, a predominância da empresa nas ofertas sinalizou um desvio pontual na estratégia atual de redução do endividamento”, destacou. Para a XP, a dívida líquida pode ter aumento de 29%, dos atuais R\$ 214,8 bilhões para R\$ 243,8 bilhões.

— A Petrobras tem compromisso de execução, o que força o caixa e o plano de desinvestimento da companhia — disse Marcos Ganut, diretor de Infraestrutura da Alvarez & Marsal.

Castello Branco, no entanto, diz que, mesmo com o leilão, a companhia vai manter sua meta de desalavancagem para 2020, que é de 2,5 vezes a relação entre a dívida líquida e a geração de caixa operacional (medida pelo Ebitda).

As ações da Petrobras tiveram forte volatilidade ontem. As ações ordinárias (ON, com direito a voto) fecharam em queda de 0,43% (R\$ 32,41) e as preferências (ON, sem direito a voto) encerraram em alta de 0,20%, a R\$ 29,71.

— A conta que os analistas vão fazer é se ela vai precisar aumentar a dívida ou não. As ações passaram a subir após as declarações do presidente. O mercado está indo na dele, mas é uma conta que precisa ser feita — disse Raphael Figueredo, analista da Eleven Financial.

Castello Branco minimizou a queda das ações da empresa na Bolsa logo após o leilão, afirmando que as oscilações de curto prazo fazem parte do mercado.

— Não me cabe e é difícil explicar movimentos do mercado no curtíssimo prazo. As ações fazem tipicamente uma caminhada aleatória. Não sei por que uns quiseram especular. A ação abriu em alta, depois caiu. Vamos ver, pois o que importa é a tendência. Nós estamos trabalhando para agregar valor para nosso acionista — afirmou o executivo após o certame.

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/11/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: Governo deve desbloquear todo o Orçamento

Recursos levantados com o leilão vão permitir liberar os R\$ 22 bilhões ainda contingenciados em 2019. Também contribuirão para que as contas públicas do país alcancem o melhor resultado em cinco anos

Mesmo abaixo do previsto, a arrecadação com o leilão do excedente da cessão onerosa realizado ontem deve permitir ao governo federal desbloquear os R\$ 22 bilhões que ainda estão contingenciados no Orçamento deste ano. Os recursos arrecadados com o certame contribuirão ainda para que as contas públicas tenham, em 2019, o melhor resultado em cinco anos, segundo o secretário de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues Júnior.

Dos R\$ 69,9 bilhões arrecadados com o leilão, R\$ 23,6 bilhões vão para a União. O Orçamento de 2019 já tem autorizado um déficit de R\$ 139 bilhões, mas o dinheiro que vai entrar nos cofres públicos com o certame de ontem e de outras duas licitações de campos de petróleo neste ano vai ajudar a diminuir o rombo fiscal para cerca de R\$ 85 bilhões, pelas contas do secretário.

— O saldo líquido (do leilão) para a União é de R\$ 23 bilhões, o que permitirá uma recomposição do Orçamento. A máquina pública seguirá firme com suas ações neste ano — afirmou Waldery.

— O leilão foi um sucesso. Sob qualquer perspectiva, temos números impactantes para a economia.

Além do resultado do certame, o governo avalia que houve uma melhora na arrecadação de receitas em geral nos últimos meses — e que esta continuará melhorando até o fim de 2019. O BNDES também vai antecipar à União o dividendo que só seria pago em 2020.

PROJEÇÃO PARA O PIB

Hoje, o Ministério da Economia deve revisar sua projeção para o crescimento do PIB este ano de 0,85% para pouco mais de 1%, segundo fontes.

Há ainda a questão do chamado empossamento. É quando uma despesa é autorizada, mas o órgão não a executa. Esse dinheiro não pode ser transferido e ajuda a melhorar o resultado nas finanças públicas.

Com esses fatores, o déficit fiscal de 2019 será o melhor desde 2014, quando o rombo registrado foi de pouco mais de R\$ 20 bilhões, abrindo uma sequência de déficits no Orçamento. No cálculo do próprio governo, as contas só devem voltar ao azul a partir de 2023.

Os técnicos da pasta da Economia evitam adotar um tom de comemoração. O argumento é que o país entrará em 2020 no vermelho pelo sétimo ano consecutivo. Mas é possível que a indústria do petróleo dê um empurrãozinho no ano que vem novamente.

Duas das quatro áreas ofertadas não foram arrematadas e devem ser licitadas em 2020. Juntas, proporcionariam arrecadação de R\$ 36 bilhões, de acordo com os parâmetros estabelecidos para a leilão de ontem. Em 2020, o governo prevê rombo de R\$ 124,1 bilhões, excluindo receitas extras.

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/11/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA, ELIANE OLIVEIRA E RENNAN SETTI

Título: Repasse para estados com megaleilão cairá à metade

Governadores lamentam que arrecadação tenha ficado abaixo do previsto, mas avaliam que recursos em caixa são bem-vindos

RIO E BRASÍLIA- Com a arrecadação do leilão do excedente da cessão onerosa R\$ 36,6 bilhões abaixo do previsto inicialmente pelo governo, os recursos destinados a estados e municípios cairão à metade. O valor que sobrar para a União também seria reduzido em cerca de 50%.

O montante destinado à Petrobras como compensação pela revisão do contrato da cessão onerosa é fixo e não será alterado: R\$ 34,6 bilhões.

Os critérios de divisão do que sobrar depois do pagamento à estatal foram definidos em lei e estabelecidos em percentuais.

Estados e municípios terão 30% do que sobrar. Com isso, os governadores ficarão com R\$ 5,3 bilhões (antes, se todos os blocos fossem arrematados, seriam R\$ 10,7 bilhões). O mesmo valerá para os municípios. O Rio receberá, agora, um extra de R\$ 1 bilhão (ou 3% do restante).

‘FRUSTRAÇÃO NACIONAL’

O governo federal já incluiu no Orçamento uma arrecadação de R\$ 52 bilhões com a cessão onerosa em 2019. Essa estimativa foi feita com base na preferência que a Petrobras manifestou pelos campos de Búzios e Itapu, e considerando um percentual de 75% do bônus total a ser pago ainda neste ano. O restante ficaria para 2020.

Com base nisso, o Congresso já aprovou um projeto de lei que abre crédito especial e autoriza a União pagar R\$ 2,68 bilhões a estados, o mesmo valor para os municípios e mais R\$ 536 milhões extras para o Rio — por ser onde estão localizados os campos que serão leiloados — em 2019.

Agora, como não houve ágio, tudo será pago em 27 de dezembro deste ano.

Governadores ouvidos pelo GLOBO lamentaram que a arrecadação tenha ficado abaixo do previsto. Parte deles avalia que essa frustração de resultado impacta a economia do país. Diante das dificuldades fiscais pelas quais passam as unidades da federação, no entanto, afirmam que os recursos são bem-vindos.

Para o secretário de Fazenda do Rio, Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho, o resultado do megaleilão é motivo para uma “frustração nacional”.

— O sinal dado é que o ambiente de negócios do Brasil não está tão atraente para os investidores como achávamos que estava ou como esperávamos que estivesse — afirmou.

— É muito claro que não estamos caminhando para dar segurança ao investidor.

Ele frisou, porém, que o Estado do Rio “encara com normalidade” a redução dos valores que receberá porque eles não estavam previstos no Orçamento deste ano nem no Projeto de Lei Orçamentária de 2020.

— Mas é lógico que ninguém fica feliz com a perspectiva de perder R\$ 1,1 bilhão — queixou-se Carvalho.

Segundo o secretário, os recursos serão utilizados para reduzir o déficit financeiro do Rioprevidência e, conseqüentemente, para liberar recursos do Tesouro estadual para que o governo amplie gasto com saúde e educação.

SOCORRO PARA OUTRAS ÁREAS

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), também citou o déficit previdenciário mensal de R\$ 230 milhões, frisando que o estado não tem dinheiro para investir: — Independentemente de não ter atingido a meta esperada, já é um dinheiro em caixa para o estado ou o município, que vai ajudar a desafogar. É extremamente positivo e fundamental para socorrer áreas como infraestrutura, saúde, entre outras.

Por determinação do governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), o secretário de Desenvolvimento do estado, Marcos Navarro, viajou ao Rio para acompanhar o leilão e avalia que haverá impacto positivo para toda a cadeia de óleo e gás: — Com relação à arrecadação, houve frustração. De qualquer forma, um leilão como esse mexe com toda a cadeia produtiva e é motivo de comemoração. Existe uma demanda do mercado de exploração offshore de 70 plataformas.

Wellington Dias (PT), governador do Piauí, admitiu que esperava mais.

— Eu mesmo, levado pelo otimismo do governo, esperava até um ágio, acima dos R\$ 106 bilhões do bônus de assinatura e para todos os blocos. A frustração para estados e municípios e, creio eu, para a União e o setor privado é muito grande.

Já o governador de Alagoas, Renan Filho (MDB), avalia que o resultado do leilão afetou negativamente a economia brasileira. Ele acrescentou que o país precisa, neste momento, de segurança jurídica e institucional.

— Trouxe instabilidade à economia nacional. O Brasil precisa de segurança jurídica e institucional para avançar na retomada do crescimento e da geração de empregos — afirmou.

Essa preocupação também foi demonstrada pelo governador de Mato Grosso, Mauro Mendes (DEM): — Pode significar uma desconfiança em relação aos lotes ou até mesmo a inviabilidade dos mesmos. O Brasil precisa colocar todos os projetos em marcha, para a retomada da economia — disse Mendes.

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/11/2019

Seção: Economia

Autor: ANA PAULA RIBEIRO

Título: Mercado se frustra e dólar vai a R\$ 4,08. Bolsa e ações da estatal caem

SÃO PAULO- O mercado se frustrou com o resultado do leilão da cessão onerosa e o ativo que mais sentiu foi o dólar comercial. A moeda americana subiu 2,21% ante o real, cotado a R\$ 4,0810 — na máxima chegou a R\$ 4,0876. Já o Ibovespa, principal índice de ações local, recuou 0,33%, aos 108.358 pontos. As ações da Petrobras registraram forte volatilidade ao longo do dia.

Os papéis da estatal abriram em alta, passaram a cair após o leilão da primeira área, voltaram ao terreno positivo após declarações do presidente da empresa e, no início da tarde, mais uma vez, passaram a cair. As ações PN fecharam em leve alta de 0,20%, mas as ordinárias (ONs, com direito a voto) tiveram queda de 0,43%.

Raphael Figueredo, analista da Eleven Financial, avaliou que o resultado foi decepcionante para o mercado de câmbio, que esperava entrada nos recursos do país que pudesse levar a cotação para uma cotação menor que R\$ 4: — O resultado decepcionou nesse aspecto. Esperava-se apetite maior (por parte dos estrangeiros). O dólar vai seguir mais forte diante o real.

O megaleilão era o último evento de 2019 com potencial de entrada de recursos estrangeiros. A queda do dólar nos pregões anteriores já levava em conta esse fluxo potencial. No entanto, ele não se confirmou e contribui para a apreciação da moeda americana.

— O dólar comercial passou a avançar de forma consistente conforme ficava claro o pouco interesse das empresas estrangeiras em participar do leilão, o que levou o dólar a renovar as máximas — disse Jefferson Rugik, analista da Correparti Corretora de Câmbio.

VEÍCULO: O Globo**Data: 07/11/2019****Seção: Colunas****Autor: Míriam Leitão****Título: Leilão fraco eleva dúvidas do pacote**

O conjunto de reformas econômicas enviadas ao Congresso na terça-feira começa agora sua longa tramitação, mas há pelo menos um ponto estranho: a presença do STF no Conselho Fiscal da República. Será que o Judiciário deve estar presente em avaliações de políticas que ele terá que julgar? Ontem, no segundo dia intenso na área econômica, houve um banho de água fria no leilão do pré-sal. O valor arrecadado foi menor do que o esperado, só a Petrobras comprou. Foi uma verdadeira reestatização. E isso tem tudo a ver com o acordo político em torno das PECs enviadas na terça.

Na economia e na questão institucional, há sinais a serem considerados. Ontem, o mercado deu um aviso. O leilão foi bem mais fraco do que o esperado. Isso significa menos recursos para irrigar a federação, e era com isso que o governo contava para ter a boa vontade na aprovação de algumas medidas mais áspers. Claro que R\$ 70 bilhões é um valor alto, mas R\$ 34,6 bilhões terão que ser pagos à Petrobras. E ficou uma dissonância no discurso liberal, porque a grande compradora foi a Petrobras, com uma pequena participação de duas estatais chinesas.

Segundo especialistas no mercado de petróleo, a união do tempo político e do tempo econômico foi ruim. Ao usar esse dinheiro como parte da negociação com o Congresso, houve um prazo curto para se negociar as regras de um leilão complexo. As áreas eram já conhecidas, mas ainda há incertezas, como, por exemplo, sobre como o comprador acertaria contas com a Petrobras. Como foi a estatal brasileira que arrematou não entraram os dólares que se esperava. Além disso, a Petrobras terá que gastar muito para desenvolver os campos, principalmente Búzios, e isso vai atrapalhar o processo de redução de dívida da empresa.

O pacote que está no Congresso para ser esmiuçado, discutido, analisado e votado, nas várias PECs, contém pontos que são vistos como extremamente difíceis, como a extinção dos municípios pequenos e inviáveis. É evidente que isso corrige uma aberração. Houve uma febre de criação de municípios sem condições de existir de forma autônoma. Mas reverter isso é muito difícil. O ganho fiscal é pequeno. A vantagem é principalmente aumentar a racionalidade da organização federativa. Há muitos outros pontos assim, o país não tem ganho imediato, mas fica mais racional. O problema é que ao mexer com muitos

interesses ao mesmo tempo o pacote do ministro Paulo Guedes pode provocar a formação do que a ciência política chama de “coalizão de veto”.

A criação do Conselho Fiscal da República foi apresentada como um avanço institucional, porque poderes e órgãos estariam atuando juntos na busca do equilíbrio fiscal. O problema é a presença do presidente do Supremo Tribunal Federal. Esse conselho que vai monitorar os orçamentos públicos pode ter a presença do Judiciário? E se houver questionamento na Justiça decorrente de medidas avaliadas dentro do CFR? Já não é a primeira vez que este governo tenta colocar o Judiciário em um acordo em favor de um projeto econômico. Houve, no começo do ano, o anúncio de que os três poderes fariam um “pacto”. O presidente Bolsonaro chegou a anunciar um pacto dos três poderes para aprovar as reformas, mas ele não saiu do papel exatamente pelo óbvio conflito de interesses de a principal autoridade do Judiciário se comprometer com medidas que, eventualmente, seriam submetidas à Justiça.

Da perspectiva do empresariado, há uma frustração. O governo fez várias propostas, algumas super necessárias, mas deixou de lado a reforma que a economia acha mais urgente: a tributária. O que o governo vai propor, a união de PIS e Cofins, ou talvez IPI, é pouco. A unificação com outros impostos sobre consumo, ICMS e ISS, tem tramitado em dois projetos de iniciativa do Legislativo. O temor é isso resultar em aumento e não diminuição de impostos, ou uma transição tão lenta que não trará alívio neste momento.

Numa entrevista na Globonews, da qual participei, perguntei ao ministro Paulo Guedes o que aconteceria com os subsídios à Zona Franca de Manaus, caso fosse aprovada uma reforma tributária. Ele respondeu: “Então o Brasil tem que ficar todo ferrado para manter a Zona Franca?” A resposta veio no pacote. Ela foi poupada de tudo.

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Sépia e Atapu: esperem por mim

Roberto Castello Branco, presidente da Petrobras, até lamentou a ausência de grandes competidores no megaleilão de ontem. Mas o que se diz no olimpo da área de petróleo é que a Petrobras (que, como antecipou a coluna, juntou-se aos chineses para comprar o campo de Búzios) não ficou chateada com o fato de os campos Sépia e Atapu não terem sido vendidos. Pelo contrário. A estatal quer incluir os dois rejeitados em seu portfólio. Mas não agora. Precisa antes reforçar o caixa. Quem sabe em 2022? A conferir.

O petróleo é nosso

Faltam apenas 13 dias, se não houver um adiamento, para que o, STF julgue aquela decisão do Congresso de distribuir com Deus e o mundo os royalties dos estados e municípios produtores de petróleo. Esta questão, de vida ou morte do Rio, foi o tema do almoço de ontem dos três principais dirigentes patronais. São eles: Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, da Firjan, Angela Costa, da Associação Comercial do Rio, e Antonio Florencio de Queiroz Jr., da Fecomércio RJ. Se liga, Rio.

30 anos do fim da Guerra Fria

Bolsonaro, que no fundo não acredita no fim da Guerra Fria, superou Hiroo Onoda, ex-oficial japonês que demorou quase 30 anos para se convencer do fim da II Guerra. Depois, Onoda viveu um tempo Brasil. Mas aí é outra história.

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/11/2019

Seção: Opinião

Autor: Carlos Alberto Sardenberg

Título: Além do petróleo

Há muitos equívocos cometidos por aqui na história do petróleo, mas talvez possam ser resumidos assim: contar com um dinheiro que não existe e, seu inverso, gastar mal o dinheiro que aparece.

Faz anos que se discute nos meios políticos, prioritariamente, como dividir o dinheiro do pré-sal entre os governos federal, estaduais e municipais, de um lado, e quais setores (educação? saúde? investimentos?) receberiam as verbas, de outro. E só secundariamente como seria explorada essa riqueza natural que, segundo Dilma e Lula, levaria o Brasil a um lugar entre os mais desenvolvidos do mundo.

Uma mistura de ideologia estatizante — seria tudo do Estado — e enorme incompetência deixou um atraso de pelo menos cinco anos na exploração de óleo. Nesse período, o preço do petróleo caiu — tornando os investimentos menos rentáveis — e, mais importante, acentuou-se a percepção de que o fim da Era do Petróleo está bem visível, mais à frente.

Esse foi o segundo grande erro. O primeiro erro ocorreu quando de fato havia dinheiro. Com o preço do petróleo nas alturas, nos anos 2000, o Brasil faturou alto e... torrou o dinheiro em gastos de pessoal e custeio. E na grossa corrupção do petróleo.

E não por falta de aviso, nos dois casos. Na verdade, dois avisos muito antigos, do sheik Yamani, criador da Opep lá nos anos 60. O primeiro: “A Idade da Pedra não acabou por falta de pedras”. O segundo: “A Era do Petróleo vai acabar antes que o mundo fique sem petróleo”

Naquela época, o debate mais intenso tratava do fim das reservas de petróleo. Fazia-se a conta: o consumo de óleo crescia mais depressa que a descoberta de novos jazidas. Logo, em um dado momento, o mundo ficaria sem petróleo.

O outro debate era mais político. Como os países árabes controlavam a maior parte do petróleo, e já haviam imposto um embargo global, era preciso encontrar outras formas de energia.

Em qualquer caso, o recado de Yamani, para os donos do petróleo, era claro: usar o dinheiro de hoje para criar uma economia, digamos, “não petróleo”. Valia para produtores e consumidores.

De uns anos para cá, tornou-se dominante o tema do aquecimento global. A meta que se vai formando, no mundo, é de garantir que a temperatura global não suba mais de dois graus nos próximos 30 anos. Vai daí, como nota a última edição da revista “The Economist”, o consumo global de petróleo terá que cair dos atuais 95 milhões de barris/dia para não mais que 75 milhões — e idealmente, para 45 milhões.

E se o mundo caminha nessa direção, países que dispõem da riqueza natural precisam tomar duas providências: primeira, acelerar a exploração, vender petróleo enquanto há; segunda, aplicar os recursos em investimentos que gerem riqueza a longo prazo.

Para a primeira política, será preciso mudar o regime de exploração, de modo a tornar mais baratos os investimentos em exploração. O custo alto foi uma das causas do fracasso no leilão de ontem.

Para a segunda política, será preciso definir os pontos nos quais poderá ser aplicada a renda do petróleo. Não é difícil fazer isso. É só copiar de países que deram certo. E copiar de grandes companhias petrolíferas globais que estão investindo em energia sustentável.

Ou construir uma imensa indústria espacial — foguetes e estações pelo universo — para poder escapar da Terra quando tudo se estragar.

PACOTE

É bom o pacote pós-Previdência. É disso mesmo que o país precisa, uma imensa reforma do Estado e do sistema de gasto público.

Mas essa política, no momento, é restritiva — mais de redução de gasto do que de expansão, que só poderá ocorrer depois de um bom período de saneamento.

Para estimular o crescimento mais imediato, há três agendas:

- 1) aumento de crédito com redução de juros;
- 2) concessões e privatizações, inclusive em petróleo, para atrair o máximo de investimento privado;
- 3) a reforma tributária com o objetivo de promover uma eficaz simplificação.

As três agendas estão em andamento. São difíceis, ainda mais considerando as sucessivas crises políticas criadas pelo presidente Bolsonaro. Mas se, nessas circunstâncias, o Congresso votou a reforma da Previdência, então há esperança.

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/11/2019

Seção: Sociedade

Autor: RAFAEL GARCIA SÃO PAULO

Título: Satélite vê rastro escuro antes de navio grego passar

Investigação de cientista da Federal de Alagoas sobre derramamento de óleo no Nordeste pode apontar novo suspeito

O Laboratório de Análise e Processamento de Imagens de Satélites (Lapis) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) encontrou uma fotografia de satélite que revela um mancha em forma de rastro no litoral, 40 km ao norte de São Miguel do Gostoso (RN), em trajetória similar à do petroleiro Bouboulina, apontado pelo governo brasileiro como principal suspeito pelo crime. O rastro escuro de 85 km apontado pelo cientista Humberto Barbosa, no entanto, aparece antes de o navio grego passar pela rota. A descoberta levou o pesquisadora buscar um outro suspeito para o derramamento de óleo no Nordeste.

Desde setembro, o grupo do Lapis está vasculhando bancos de dados de sensoriamento remoto atrás de sinais do derramamento. Segundo Barbosa, a imagem já estava em suas mãos há duas semanas, mas o grupo não quis divulgá-la antes com medo de induzir a conclusões precipitadas.

Após a investigação da empresa HEX apontar o Bouboulina como culpado, porém, o cientista decidiu verificar o registro de transponder do sinal do navio grego pela região (a informação que o próprio GPS do navio transmite sobre sua

rota), e notou que ela não se encaixava na imagem de satélite que havia garimpado.

A Delta Tankers afirma que o Brasil investiga outras quatro embarcações da empresa pelo vazamento, conforme mostrou O GLOBO. Na tarde de ontem, em nota, a Marinha negou a informação e disse ter acionado a Autoridade Marítima da Grécia no dia 12 de outubro, quase três semanas antes da divulgação da suspeita sobre o Bouboulina pela PF.

A imagem em questão foi feita por um sensor do satélite europeu Sentinel-1A. O dispositivo enxerga variações sutis de altitude, como as próprias ondas do mar, e propriedades elétricas dos líquidos, que distinguem, por exemplo, água salgada de óleo. A mancha apareceu parcialmente numa imagem de 24 de julho, mas o Bouboulina só passou naquela área em 26 de julho.

O local do rastro é uma área de tráfego naval intenso, porque liga o Canal do Panamá e a Venezuela a todo o Atlântico Sul. O cientista ainda não conseguiu acesso a uma base maciça de dados que permita tentar cruzar a imagem do Sentinel com registros de transponder.

A imagem de satélite exhibe, inclusive, um ponto branco: “claramente um navio”, segundo Barbosa, mas impossível de ser identificado pela baixa resolução do sensor que fez a imagem.

TESE POR ELIMINAÇÃO

O cientista está agora tentando validar a imagem para saber se algum outro fenômeno que não um vazamento de óleo pode ter gerado aquele traço na imagem do satélite. Ele já descartou, por exemplo, que seja o rastro de turbulência causada pela hélice de uma embarcação.

—Aquela mancha tem sinais de distinta intensidade, tanto perto do navio quanto longe dele —afirma. — Isso não aconteceria com uma embarcação que se desloca. O sinal no longo vai perdendo intensidade e vai ficando mais fraco longe da hélice.

Outra evidência contrária à tese da turbulência é a largura do rastro.

— Nós medimos a espessura da faixa com um sistema de informação geográfica, e ela tem quase um quilômetro de largura. Você precisaria de uma baita de uma hélice para gerar toda essa turbulência.

Barbosa diz estar preparando um relatório técnico sobre essa e outras descobertas que o Lapis fez e que podem ajudar na investigação. O Lapis

publicou informações não técnicas sobre a descoberta em seu site de divulgação científica no dia 30 de outubro.

Óleo chega à divisa de BA e ES

> Fragmentos do óleo que atinge o litoral do Nordeste chegaram a Mucuri, no sul da Bahia, segundo informações divulgadas ontem pelo Ibama e pela Defesa Civil da cidade. Mucuri é o município mais ao sul da Bahia e faz limite com o Espírito Santo.

> De acordo com a Defesa Civil de Mucuri, desde o início da semana são recolhidos pequenos fragmentos na praia de Costa do Atlântico, ao lado da cidade de Nova Viçosa, também já atingida pelo óleo.

> Equipes da Defesa Civil e da Secretaria de Meio Ambiente, além de voluntários, monitoram a região. Ontem não houve registro de óleo no município.

> Já chega a 31 o número de cidades atingidas pelo óleo na Bahia, além do Parque Nacional Marítimo de Abrolhos, que está com visitação suspensa até o dia 14.

Na terça, a Marinha informou que destacou preventivamente 30 fuzileiros navais para o Norte do Espírito Santo para monitorar uma eventual chegada de óleo no Sudeste.

> No último dia 23, o governo do Espírito Santo criou um comitê para acompanhar o risco de a contaminação chegar ao Sudeste.

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/11/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Fiscalização de barragens em xeque

Agência Nacional de Mineração e CPI de Brumadinho culpam mineradora e poupam governos

Desde o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, no dia 25 de janeiro, havia indícios de que o desastre, que provocou a morte de 252 pessoas e deixou 18 ainda desaparecidas, não ocorreu por acaso, resultado de um fenômeno súbito, que escapasse ao controle dos responsáveis pela estrutura. Passados mais de nove meses, a suspeita de que a tragédia poderia — e deveria — ter sido evitada é corroborada não só pela investigação da Agência Nacional

de Mineração (ANM), a quem cabe fiscalizar as represas, mas também pela CPI de Brumadinho, na Câmara dos Deputados, e pela apuração da Polícia Federal.

De acordo com o relatório de 194 páginas da ANM, divulgado na terça-feira, a Vale tinha conhecimento de que havia problemas na estrutura, mas enviou à agência informações diferentes das que constavam em seu sistema. Além disso, omitiu anomalias graves, como disfunções decorrentes da instalação de drenos, que poderiam ter levado a uma inspeção e, possivelmente, à interdição da área, o que teria salvado vidas.

Também na terça-feira, a CPI de Brumadinho aprovou o seu relatório final, propondo o indiciamento da Vale, da consultora TÜV SÜD —que atestara que a barragem era estável— e de 22 pessoas, entre elas o então presidente da mineradora, Fabio Schvartsman.

As duas investigações, uma do governo (ANM) e outra da Câmara, produziram quase 3 mil páginas de relatórios. Em comum, o fato de responsabilizarem a mineradora pela tragédia.

Registre-se que a CPI concedeu uma espécie de indulgência à omissão estatal, dispensando tratamento generoso ao ex-governador de Minas Fernando Pimentel (PT), que facilitou a renovação da licença da barragem. Nesse sentido, a CPI, relatada pelo petista Rogério Correia (MG), flertou com a manipulação política.

De modo geral, as investigações convergem. Ao concluir um relatório parcial de apuração, em setembro, a Polícia Federal indiciou sete funcionários da Vale e seis da TÜV SÜD. Segundo a PF, eles manipularam a Declaração de Condição de Estabilidade (DCE), omitindo-se de analisar critérios técnicos e inserindo dados falsos nas auditorias.

A verdade é que os resultados de diferentes investigações põem em xeque o sistema de fiscalização de barragens de rejeitos no Brasil, à medida que evidenciam a pouca confiabilidade dos dados informados pelas empresas à Agência Nacional de Mineração. Não surpreende que Brumadinho figurasse no cadastro da ANM como tendo “baixo risco” de acidentes. Se mineradoras omitem informações relevantes e apresentam laudos forjados, passa-se a trabalhar com um cenário irreal, e explosivo. Daí a importância de se tratar Brumadinho como caso exemplar, para que se ponha fim à sensação de impunidade a empresas, executivos e governantes. Caso contrário, este será só mais um nome numa lista trágica e sem fim.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 07/11/2019****Seção: Política****Autor: Denise Rogthenburg /Brasília-DF****Título: Resultado do megaleilão vira kryptonita**

O resultado abaixo do esperado na venda dos lotes do pré-sal leva os partidos de centro no Congresso a colocar pé no freio do programa de privatizações defendido pelo governo. Não são poucos os líderes que dizem, em conversas reservadas, que o projeto de privatização da Eletrobras será alterado, repetindo o discurso proferido pelo líder do MDB, Eduardo Braga. Nada será feito de

forma apressada, e vem aí a golden share, ou seja, ação de ouro, que dá à União poder de veto se não houver respeito ao interesse público.

De quebra, o pacote de medidas levado pelo próprio presidente ao Congresso é visto como algo que está na direção certa, porém o elenco de senões é de fazer inveja ao dos filmes de Hollywood. Não por acaso, já tem muita gente dizendo que o resultado do megaleilão enfraquece a posição do governo como a kryptonita faz com o Super-Homem nos quadrinhos, telinhas e telonas.

Lá fora, imagem é tudo

Estratégia e imagem distorcida no exterior são apontadas por experientes embaixadores como os principais ingredientes para que o megaleilão do pré-sal ficasse no meio do caminho em termos de expectativas. Uma empresa europeia, por exemplo, precisou mandar nos últimos 10 meses 16 cartas aos acionistas para explicar que todos os seus negócios por aqui estão dentro da legalidade e respeitam acordos internacionais.

"Prefiro ficar com a boa notícia, temos menos R\$ 70 bilhões de problemas"

Do líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO), sobre o resultado do megaleilão do pré-sal

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 07/11/2019****Seção: Brasil****Autor: Gabriel Pinheiro****Título: Navio grego pode não ter vazado óleo**

O Laboratório de Análise e Processamento de Imagens de Satélites (Lapis) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) encontrou uma fotografia de satélite que revela uma mancha em forma de rastro, no litoral nordestino, 40km ao norte de São Miguel do Gostoso (RN). A marca segue trajetória similar à realizada pelo petroleiro Bouboulina, apontado pelo governo brasileiro como principal suspeito pelo crime. No entanto, segundo o jornal O Globo, o rastro — de 85km de comprimento — apareceu antes de o navio grego passar pela rota.

A descoberta foi feita pelo grupo comandado pelo cientista Humberto Batista. E indica que pode haver outro petroleiro suspeito de ter causado o derramamento de óleo no Nordeste.

A imagem foi feita por um sensor do satélite europeu Sentinel-1A, que detecta variações sutis de altitude, como as próprias ondas do mar, além de propriedades elétricas dos líquidos — como as que distinguem água salgada de óleo, por exemplo. A mancha apareceu parcialmente numa imagem de 24 de julho, enquanto que o levantamento feito pela empresa brasileira Hex definiu que o Bouboulina só passou naquela área por volta de 29 de julho.

Cinco petroleiros

Na terça-feira, o governo brasileiro pediu às autoridades gregas dados relativos a cinco petroleiros, além do Bouboulina, de propriedade da Delta Tankers. São eles Maran Apollo (da Maran Tankers), Maran Libra (da Florian Marine), Minerva Alexandra (da Minerva Marine) e Cap Penbroke (da Euronav). A Delta Tankers se defendeu por meio de nota garantindo que “realizou uma pesquisa completa do material a partir de câmeras, dados e registros e não há provas de que a embarcação tenha parado, realizado operações (como transferência de óleo) entre navios, ter perdido ou derramado carga, desacelerado ou desviado do curso, no caminho entre Venezuela e Melaka, na Malásia”.

Enquanto isso, autoridades da Marinha, da Polícia Federal e do Ibama afirmam que o óleo encontrado no Nordeste está diminuindo. Segundo o governo, desde a noite de domingo, quatro mil toneladas de óleo foram retiradas de 314 localidades, em 110 municípios. As praias do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco não têm vestígios de óleo.

O comandante de Operações Navais da Marinha, Leonardo Puntel, afirma que o número de casos tende a diminuir. Já o ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, reitera a dificuldade em identificar novos surgimentos de manchas.

A operação para retirada dos resíduos do óleo nas praias do Nordeste ganhará reforço de homens do corpo de Fuzileiros Navais da Marinha. De acordo com o governo, ainda faltam ser limpos os manguezais e arrecifes. Mais de 10 mil pessoas trabalham para minimizar os danos ao meio ambiente.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 07/11/2019

Seção: Economia

Autor: Simoni Kafruni

Título: Sem disputa, Petrobras vence leilão do petróleo

Sem a presença de grandes petroleiras internacionais, o megaleilão de petróleo realizado ontem não teve disputa. A Petrobras foi a única vencedora da chamada cessão onerosa do pré-sal, arrematando as duas áreas nas quais havia exercido direito de preferência: Búzios e Itapu. As demais não tiveram ofertas. Assim, dos R\$ 106,5 bilhões esperados em bônus de assinatura pelas quatro áreas, o governo levou apenas R\$ 70 bilhões, sem qualquer ágio no óleo lucro, a parte da produção que deve ser entregue ao governo e que constitui o critério para definir o vencedor.

Como será preciso ressarcir a Petrobras em R\$ 34,1 bilhões pelos investimentos que já fez nos campos leiloados, menos de R\$ 36 bilhões serão divididos entre União, estados e municípios. Para especialistas, o alto preço dos bônus e a incerteza das regras sobre a indenização afastaram os investidores.

Em parceria com duas estatais chinesas (CNODC e CNOOC), a Petrobras apresentou a única oferta e arrematou a área de Búzios, o maior bloco do pré-sal da cessão onerosa, com bônus fixo de R\$ 68,2 bilhões e mínimo de óleo lucro de 23,24%. Sozinha, levou também a área de Itapu, com bônus fixo de R\$ 1,76 bilhão e mínimo de óleo lucro de 18,15%. As áreas de Sépia e de Atapu não receberam ofertas. O governo pretende fazer novo leilão desses blocos.

Apesar da falta de concorrência, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, considerou que o leilão foi um sucesso. “Governadores e prefeitos ficarão felizes com os R\$ 11 bilhões que receberão”, disse. **O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, afirmou que o Brasil vai se consolidar como exportador e será um dos cinco maiores produtores do mundo. “Estimam-se investimentos de R\$ 234 bilhões e arrecadação de mais de R\$ 1 trilhão em royalties e tributos ao longo dos contratos”, destacou.

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, também considerou o leilão bem-sucedido, uma vez que foi o maior da história na área de petróleo. Contudo, reconheceu que a preferência da Petrobras inibiu a participação de outras petroleiras. “As companhias gostam de ser operadoras. Nesse caso em particular, além disso, houve outro fator, que inibe muito mais: a necessidade de o vencedor ter de negociar com a Petrobras uma indenização bilionária”, admitiu.

Por causa disso, a secretária de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia (MME), Renata Isfer, disse que o governo apoia projeto do senador José Serra (PSDB-SP), que elimina o polígono do pré-sal e o direito de preferência da Petrobras. “O regime de partilha da produção (específico para o polígono) arrecada mais do que concessão, mas só faz sentido quando são volumes muito expressivos. E afasta investidores. Vamos fazer estudos para ver se é o caso de acabar com a partilha, para melhorar a atratividade”, afirmou.

Paulo Dantas, sócio do escritório Castro Barros, especialista em infraestrutura, avaliou que incertezas políticas afastaram as petroleiras estrangeiras. “O que se viu foi muito aquém do que se esperava. As regras sobre compensação de investimentos feitos pela Petrobras não ficaram muito claras. Além disso, há fatores de risco relacionados ao momento do país e da América Latina”, analisou.

Para Miguel Neto, sócio do Miguel Neto Advogados, o leilão foi frustrante pelo número de concorrentes. “Porém, se somar a quantidade de petróleo, arrecadou 75% do potencial e 66% do que se esperava em bônus de assinatura. Não foi um negócio tão desastroso”, considerou.

Hoje, a ANP promove mais um leilão, a 6ª rodada de partilha, que prevê arrecadação de R\$ 7,9 bilhões. O certame terá regras diferentes, não prevê indenizações e poderá trazer resultados melhores, segundo Dantas. “São valores mais baixos”, observou. Miguel Neto, no entanto, acredita que, como o ambiente político é o mesmo e foi uma das razões para a falta de concorrência na cessão onerosa, o problema pode se repetir no leilão de hoje.

- **Sem concorrência**

Petrobras arrematou duas áreas da cessão onerosa sem ágio. As demais não tiveram interessados

Área	Bônus de Assinatura (R\$ bilhões)	Vencedor
------	-----------------------------------	----------

Búzios 68,22 Petrobras (90%)*, CNODC Brasil (5%), CNOOC Petroleum (5%)
Itapu 1,76 Petrobras (100%)
Sépia 22,86 Sem ofertas
Atapu 13,74 Sem ofertas

* Operadora

Rateio

Por lei, o valor arrecadado com o leilão será dividido entre União, Petrobras, estados e municípios

- Total arrecadado com bônus de assinatura foi de quase R\$ 70 bilhão.
- A Petrobras vai receber R\$ 34,1 bilhões como parte do acordo da cessão onerosa.
- Dos R\$ 35,9 bilhões restantes, 15% ou R\$ 5,3 bilhões serão divididos entre os estados e o Distrito Federal.
- Os critérios para divisão são: dois terços conforme o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e um conforme regras do Fundo de Exportação (FEX) e da Lei Kandir.
- 15% ou cerca de R\$ 5,3 bilhões serão divididos entre os municípios segundo as regras do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).
- Por ser estado produtor, o Rio de Janeiro terá uma vantagem: 3% ou R\$ 1 bilhão a mais, além do rateio entre os estados.
- A União ficará com os 67% restantes do bolo, aproximadamente R\$ 24 bilhões.

Fontes: ANP e Lei nº 13.885/2019

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 07/11/2019

Seção: Economia

Autor: Simoni Kafruni

Título: Recursos para saúde, educação e defesa

Presente no certame, realizado no Rio de Janeiro, o secretário da Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, disse que a arrecadação de R\$ 70

bilhões em bônus de assinatura no leilão da cessão onerosa vai permitir o desbloqueio de recursos do orçamento da União. “Vamos anunciar, na próxima segunda-feira, a prioridade de descontingenciamento. As áreas de defesa, saúde e educação entrarão como prioritárias. As diretrizes ainda serão estabelecidas e seguirão nessas áreas”, antecipou.

Em Brasília, o ministro da Economia, Paulo Guedes, ao ser perguntado se o leilão foi abaixo do esperado, fez um sinal de positivo com a mão.

Durante a coletiva após a licitação, Rodrigues disse que o montante arrecadado vai permitir que o déficit das contas públicas deste ano, estimado em R\$ 139 bilhões seja reduzido para algo em torno de R\$ 90 bilhões. “Descontadas as divisões com municípios e estados, e após o pagamento da Petrobras, temos R\$ 23,7 bilhões de receita primária, que não estavam contabilizadas na Lei Orçamentária de 2019”, afirmou. “Vai levar nosso déficit para 1,2% ou 1,3% do PIB (Produto Interno Bruto). Será o sexto ano de déficit primário, mas caminharemos para resultados cada vez melhores”, avaliou.

Rodrigues destacou, ainda, que o PIB potencial do país é influenciado pelo leilão. “Toda a cadeia de produção será beneficiada. Os números ainda estão sendo fechados, porque é importante deixá-los mais precisos, mas teremos geração de empregos”, ressaltou. “Para a União, o que interessa é que outros dois campos serão formatados para um próximo leilão e terão geração de valor muito forte”, disse. **(SK)**

- **Susto no mercado**

As ações da Petrobras chegaram a cair 5% durante o pregão de ontem da Bolsa de Valores de São Paulo, após o resultado do megaleilão de petróleo, mas se recuperaram no fim do dia, com as preferenciais fechando em alta de 0,20% e as ordinárias ainda em queda, de 0,42%. O mercado ficou assustado quando soube do ônus de 90% da estatal no consórcio que arrematou o bloco de Búzios”, explicou Lucas Carvalho, analista da Toro Investimentos. “Mas o presidente da estatal reafirmou o compromisso de reduzir o endividamento da empresa, o que trouxe alívio para o mercado.” O comportamento dos papéis da Petrobras influenciaram o Ibovespa, que fechou em queda de 0,33%, a 108.360 pontos. O dólar, porém, disparou 2,22%, a maior alta desde agosto, e terminou a sessão cotado a R\$ 4,08

MME / ASCOM .